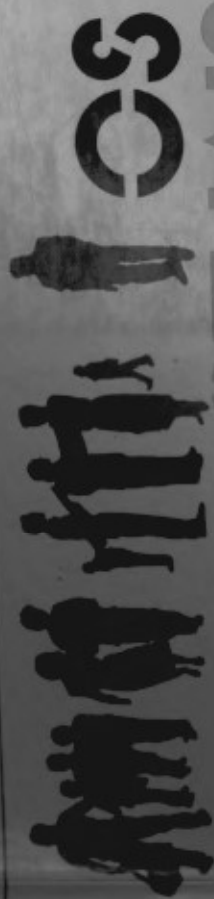


A intelectualidade brasileira sempre alimentou uma certeza: a de ser uma categoria social à parte, com um papel privilegiado na construção da sociedade, seja ao lado do Estado ou contra ele.

Este livro arguto e original, recentemente lançado na França, faz um balanço inédito do posicionamento dos intelectuais brasileiros em relação ao poder, à nação e ao povo, desde a década de 1920 até a época atual.

Daniel Pécaut, conhecido sociólogo francês, é especialista nos problemas políticos da América Latina. Um dos diretores da École des Hautes Études en Sciences Sociales e do Centre d'Étude des Mouvements Sociaux, em Paris, é responsável pela revista *Problèmes de l'Amérique Latine*.

DANIEL PÉCAUT



OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NO BRASIL.

ENTRE O POVO E A NAÇÃO

BSCSH

ISBN 85 08 03574 8

 editora atica

DANIEL PÉCAUT

OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NO BRASIL

Entre o povo e a nação

Tradução:
Maria Júlia Goldwasser



BSCSH / UFRGS

Muitos intelectuais brasileiros, supondo-se detentores de um saber que os capacitava a solucionar os problemas mais graves da sociedade, forjaram de si mesmos uma imagem privilegiada. Em *Os intelectuais e a política no Brasil*, o sociólogo francês Daniel Pécaut analisa a trajetória da intelectualidade no país entre 1920 e 1982, desmitificando a idéia de que nossos pensadores podem ser considerados "cidadãos acima de qualquer suspeita". Ao analisar a maneira como se posicionaram nas lutas políticas e sociais do país, o Autor mostra que, na realidade, o saber se mescla com o poder.

Alegando a existência de um povo ignorante, de estruturas sociais desarticuladas ou de classes ainda em formação, muitas vezes a nossa *intelligentsia* justificou sua "vocalização para elite dirigente", chamada a levar a cabo a "Unidade Nacional". Assim, assim, uma posição de protagonista central do processo histórico do país, já que

Nota fereira

Série

Temas

Volume 16

Sociologia e política

Título original: *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*

Copyright © Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989

TRADUÇÃO

Maria Júlia Goldwasser

REVISÃO DE TRADUÇÃO

Cássia Rocha

EDITOR

Fernando Paixão

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Isa Mara Lando

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Maria Teresa Galluzzi Brito

PROJETO GRÁFICO (MILO)

Milton Takeda

COMPOSIÇÃO E PAGINAÇÃO EM VÍDEO

Aristeu Escobar

Wander Camargo Silva

CAPA

Ettore Bortini

ISBN 85 08 03574 8

1990

Todos os direitos reservados

Editora Ática S.A.

R. Barão de Iguape, 110 — CEP 01507

Tel.: (PABX) 278-9322 — Caixa Postal 8656

End. telegráfico "Bomlivro" — São Paulo — SP

Sumário

Prefácio

5

PARTE I

Os intelectuais, o povo e a nação

Introdução

14

1. A geração dos anos 1920-40

19

A posição social dos intelectuais

19

Uma vocação para elite dirigente

22

Os fundamentos da legitimidade do poder intelectual

33

As representações do fenômeno político

42

O antiliberalismo e a "ideologia de Estado"

43

A ambivalência realista

46

A ambivalência em relação ao fenômeno político

49

Da teoria ao engajamento político

57

A coincidência entre os intelectuais e certas elites civis e militares

60

O regime autoritário e o reconhecimento da função dos intelectuais

66

Os tipos de engajamento político

74

2. A geração dos anos 1934-64

97

O nacionalismo em todos os seus estados

107

O ISEB

107

Em torno do Partido Comunista

141

A marcha para o povo: os CPCs

152

A marcha para o povo: na esfera de influência católica

165

São Paulo e Rio de Janeiro

173

Conclusão

179

De uma geração a outra: o nascimento de uma cultura política

181

Opção nacional-popular ou populismo?

186

	
Aquisição: doação: doador	
Preço: R\$ 30,00	Data: 27/05/13
301.445	
P364E-P	

PARTE II

Os intelectuais, as classes sociais e a democracia

Introdução	192
3. O intervalo de 1964-68. Bloqueios estruturais e hegemonia da esquerda intelectual	197
Dois pólos do debate intelectual: os nacionalistas terceiro-mundistas da <i>Revista Civilização Brasileira</i> e os nacionalistas críticos de São Paulo	205
O diagnóstico: bloqueios estruturais e regressão política	222
Debates e questionamentos	230
A burguesia nacional e a estratégia política de aliança de classes	231
Da classe operária às massas, novamente	233
A classe média oscilante	235
Das classes sociais em formação à crise das representações do social	237
Da constatação à ação política	242
A contestação estudantil e a modernização universitária	247
A vida artística	250
Conclusão	252
4. O partido intelectual e o processo de abertura (1974-82)	257
A redefinição da condição de intelectual	262
As instituições	263
A ideologia "profissional"	268
As estratégias políticas	281
Em busca da política perdida	282
A organização política dos intelectuais	291
A era do intelectual como ator político	300
Conclusão	309
Referências bibliográficas	313

Prefácio

Viveu-se na época do pós-guerra a hora do "engajamento". Sartre declarava:

Não é, portanto, dizendo "não sou mais um pequeno-burguês, movimento-me livremente no universal" que o intelectual pode se unir aos trabalhadores. É, justamente ao contrário, pensando: "sou um pequeno-burguês; se, para tentar resolver a *minha* contradição, alinhei-me ao lado das classes operária e camponesa, não deixei por isso de *ser* um pequeno-burguês" (Sartre, 1972: 71).

Por outro lado, ele afirmava: "O intelectual é alguém que se intromete no que não lhe diz respeito". O "engajamento", era, assim, a decisão arbitrária de tomar partido contra si mesmo. Consistia, a um só tempo, em articular as classes destinadas por suas condições a ocupar-se do universal, e em encarnar o movimento da história rumo a seu sentido final.

A noção de engajamento também teve algum sucesso no Brasil. No final dos anos 50, a palavra de ordem foi a adesão voluntária dos intelectuais às causas populares. Entretanto, no Brasil, tal imperativo soou singularmente falso, porque os intelectuais brasileiros não esperaram pelo convite a essa conversão

de intelectuais de suscitar e promover tal cultura, e assim promover também sua própria identidade e influência, que examinaremos nesse estudo. A cultura política apresenta múltiplos aspectos, dos quais consideraremos três.

O primeiro relaciona-se à maneira de definir a *posição social* dos intelectuais. Os critérios de classe ou de estratificação social mostram-se insuficientes para a análise. Convém considerar o lugar que os intelectuais atribuem a si próprios, e aqueles que lhes reconhecem o poder. Durante os dois períodos, constatamos que, assumindo uma vocação nacional, os intelectuais conseguiram ser reconhecidos como elite dirigente, desfrutando do privilégio de situar-se, como o Estado, acima do social.

O segundo aspecto diz respeito às *representações do fenômeno político*. Entre 1930 e 1945, alteraram-se muitos dos elementos que determinam essas representações. Entretanto, a constante desconfiança diante dos mecanismos da democracia representativa se traduziu na manutenção do essencial: a busca, dentro do real, de uma unidade anterior a todos os processos de instituição do social e que pudesse escorar as formas de unidade da sociedade política.

O terceiro relaciona-se às *articulações entre o campo intelectual e a esfera política*. Uma vez que a atividade intelectual é orientada pela responsabilidade assumida diante do imperativo nacional, em que medida poderiam ambas ser dissociadas? Ou, mais exatamente: seria ainda possível falar num campo intelectual fundado numa lógica interna de funcionamento?

A escolha desses três temas não é fortuita. Nosso objetivo também é compreender as estratégias que os intelectuais irão acionar depois de 1964, diante do regime autoritário. Elas só serão inteligíveis na medida em que soubermos a partir de qual ângulo estavam acostumados a falar; *que visões do político* apresentavam para justificar suas intervenções concretas; e de que concepções da *política intelectual* se consideravam portadores.

1

A geração dos anos 1920-40

A posição social dos intelectuais

Em uma obra publicada em 1979, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920-1945*⁴, o sociólogo Sérgio Miceli analisa as transformações que afetaram a condição dos escritores naquele período. Frequentemente originários de famílias oligárquicas em decadência, confrontados pela rarefação das carreiras tradicionais, expostos à concorrência provocada pela inflação de diplomas conferidos com as diversas faculdades livres recém-criadas, eles foram ameaçados, segundo Miceli, primeiramente pelo risco de perda de *status*. Devido à ampliação do mercado de bens culturais, associada ao desenvolvimento econômico de certas regiões, em especial São Paulo, foram levados então a renunciar ao antigo estilo de vida das camadas cultas, passando a reconhecer a necessidade de uma "profissionalização" e, ao

⁴ Ver também Miceli, in Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980, *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre, Erus.

mesmo tempo, a participar dos debates políticos do momento. Com o fortalecimento do Estado, ocorrido após 1930, teriam sucumbido por fim à sedução dos empregos públicos que lhes foram oferecidos. Ao se tornarem defensores de um poder forte, estariam manifestando seu desejo de ampliar o próprio acesso a essas carreiras e, simultaneamente, sua dependência diante das autoridades públicas. Portanto, as opiniões ideológicas que professavam seriam, no essencial, apenas o produto de uma estratégia para preservar suas posições nas elites dirigentes. Quanto aos pensadores explicitamente autoritários, Sérgio Miceli assim resume suas conclusões:

Eram, na verdade, herdeiros que puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiavam com os interesses de autopreservação da fração de classe a que pertenciam (Miceli, 1979: 167).

O nacionalismo de que eram porta-vozes não aparece senão como uma maneira suplementar de obter o reconhecimento do Estado.

O fundamental consiste justamente no laço estabelecido pelo autor entre a posição individual de origem e as estratégias pelas quais recorriam ao Estado. Este raciocínio provoca diversas indagações, como toda sociologia dos intelectuais que pretenda estudar as orientações destes a partir dos "interesses" que possuem.

A noção de interesse é, nesse caso, singularmente ambígua. Refere-se, pelo menos, a três variáveis diferentes: o fato de pertencer a um determinado grupo social de origem (a oligarquia decadente); a identificação com uma categoria social particular (os escritores); e a inserção no aparelho do Estado (como membros da administração). A primeira é individual e, de resto, a posição dentro da família conta tanto quanto a posição da família. A transição no sentido de comportamentos coletivos apóia-se, sobretudo, num efeito de agregação. A segunda variável é coletiva, mas supõe uma pré-constituição da categoria de intelectual. A terceira pode ser apenas ocasional e, em todo caso, não implica a completa supressão da autonomia ideológica.

lógica'. Essas variáveis remetem a lógicas cuja coesão não pode ser pressuposta. Se há um interesse, este se constitui na interação delas.

Por outro lado, os escritores mobilizaram recursos que não se limitavam à sua proximidade social com as elites: era muito importante também o domínio de um saber socialmente valorizado. Nos anos 20, eles reivindicavam uma ciência do social: poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se obcecada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza. Daí o fato de que as estratégias dos intelectuais só podiam ser entendidas em relação ao papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico do real.

Da mesma forma, as convicções políticas não foram meramente ditadas pelas conveniências de acesso aos empregos, como também a circunstância de serem herdeiros sem heranças não basta para explicar por que esses intelectuais se sentiam investidos de uma missão política. Para compreender este fenômeno, é preciso considerar o modo como interpretaram politicamente as suas vicissitudes. Estavam, acima de tudo, desiludidos com a República, não por ela ter arruinado a influência das oligarquias, mas, ao contrário, por ter permitido que essa influência se prolongasse indefinidamente no quadro das transações regionais. Aspirando à organização da nação pelo poder, reagiram contra a "oligarquização" das instituições. E sua politização não foi um pretexto para promover interesses próprios, mas, antes de tudo, expressava sua conversão à ação política.

Portanto, teria sido o processo de mobilidade descendente de alguns deles de fato tão determinante? Ou caberia antes ressaltar a mobilidade ascendente coletiva de que se beneficiaram esses intelectuais? Entre o comportamento defensivo e as estratégias ofensivas, não seriam as últimas muito mais reveladoras

³ A observação foi feita por Antônio Cândido no prefácio do livro de Miceli. Ele cita o exemplo de Carlos Drummond de Andrade, membro do gabinete do ministro Capernem, que "serviu" ao Estado Novo, sem por isso alienar "a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental" (Cândido, 1979: XII). Em artigo focalizando o mesmo livro de Miceli, Carlos Nelson Coutinho também criticou a ideia de que a situação de funcionário público acarretasse, por si só, posições políticas reacionárias (Coutinho, 1981: 93-110).

da apárida desse grupo social para impor à opinião pública uma visão do político que constata o esgotamento da República?

Esses comentários preliminares não pretendem eliminar o uso da noção de interesse; toda categoria social empenhada numa tarefa de elaboração ideológica também pode ser legitimamente percebida como buscando o reconhecimento ou a organização dos seus próprios interesses. Contudo, na falta de um campo cultural autônomo, capaz de produzir uma hierarquia institucionalizada de posições, esses interesses só podem ter uma consistência limitada. Não se revelam senão após as tentativas de redefinir a questão da legitimidade política.

No Brasil dos anos 20, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente. Tudo estava em jogo ao mesmo tempo. Instituição alguma escapou à necessidade de assumir uma nova legitimidade: tanto a Igreja como o Exército, tanto o Estado como os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional. Em larga medida, o mesmo sucedeu nos anos 60.

Uma vocação para elite dirigente

A geração dos anos 25-40 não solicitou a mão protetora do Estado; ao contrário, mostrou-se disposta a auxiliá-lo na construção da sociedade em bases racionais. Participando das funções públicas ou não, manteve uma linguagem que é a do poder. Ela proclamou, em alto e bom som, a sua vocação para elite dirigente.

Essa geração esforçou-se, assim, para romper com duas experiências que marcaram negativamente a história intelectual antecedente: a dependência perante o Império e o isolamento no início do século XX. Em contrapartida, tentou reatar com uma terceira: o prestígio das elites de Estado, que caracterizara todo o período do Império.

A condição de dependência, particularmente durante o reinado de D. Pedro II, consistia em mecenas, patronagem e honrarias, comportando (já naquela época) a outorga de empregos públicos aos escritores, mas também seu enclausuramento no círculo das elites sociais. "O Estado e os grupos diri-

gentes" — observa Antônio Cândido — "não funcionavam, porém, apenas como patronos mas como sucedâneos do público" (Cândido, 1980: 84). Isso coincidia com a adesão a uma cultura decorativa, composta de idéias do momento, e com uma colagem ideológica na qual as teses liberais eram consideravelmente modificadas a fim de que a ação onipresente do Estado brasileiro encontrasse as justificativas necessárias (Nogueira, 1984: 55-6). Nos anos 20, essa tradição tornou-se objeto de um processo irremissível: a nova geração passa a multiplicar as prevenções contra os vestígios de um pensamento de segunda categoria, indiferente às realidades nacionais.

A experiência de isolamento iniciou-se logo depois de proclamada a República. Muitos escritores aderiram às campanhas abolicionista e republicana, mas suas desilusões rapidamente se equipararam às suas esperanças. Enquanto alguns autores aceitaram adaptar sua pena ao gosto dos novos-ticos do Rio de Janeiro e às solicitações dos proprietários de jornais e editoras beneficiados pela expansão do público⁶, outros reagiram, "passando a uma condição de categoria social isolada, disputando a sobrevivência no concorrido mercado urbano recém-ativado, e a participação no sistema de hegemonia no espaço público da nova república" (Sevcenko, 1983: 228). Onde haviam contado com um encaminhamento voluntário no sentido da modernização política, não viram senão políticos que, no dizer de Lima Barreto, manifestavam o "paraíso das mediocridades", a "preferência dos atributos inferiores", "uma seleção natural invertida" e, segundo Euclides da Cunha, o reino da "imbecilidade triunfante" (ibid.: 146-88). Tal ressentimento demonstra o horror desses intelectuais diante de um regime que, sob o pretexto de uma "política de governadores", se entregara aos acordos entre as oligarquias regionais, como também diante de uma ostentação insolente das fortunas. A geração dos anos 20, confrontada com uma república incapaz de constituir a nação, alimentou-se ainda desse ressentimento. Porém inspirou-se também no que fora — em Lima Barreto e Euclides da Cunha, por exemplo — uma reação ao isolamento: uma vontade de colocar a literatura a serviço da recuperação da "nacionalidade" e de fazer dela um instrumento de transformação social e política. Essa foi também a experiência do início do

⁶ Sobre as transformações do público e a multiplicação de editoras, ver Miceli, 1979.

século: a ambição de fazer com que "se apaguem as fronteiras tradicionais entre o homem de letras e o homem de ação, entre o escritor profissional e o homem público e entre o artista e a sua comunidade" (ibid.: 232). Paradoxalmente, esses autores isolados e humilhados tornaram-se porta-vozes da nação, como se estivessem encarregados de lhe dar forma e preparados para colocar-se na posição do poder⁷. A geração de 1920 considerou-se herdeira também dessa postura: ao reclamar do Estado uma verdadeira autoridade, tomou como ponto pacífico o fato de que sua missão era, primeiro, política.

Esse sentido de uma missão a cumprir só pode ser entendido à luz do papel desempenhado pela elite administrativa durante o Império. Se, após a Independência, o Brasil escapara dos sobressaltos ocorridos em outros Estados latino-americanos, isto se deveu em grande parte à sua burocracia. Uma burocracia de formação múltipla: composta, de início, por magistrados oriundos da Universidade de Coimbra, integrada, em seguida, por advogados e outros membros de profissões liberais — mas sempre influenciados pelas tradições de Portugal —, essa burocracia contribuiu poderosamente, graças à sua coesão, para consolidar os fundamentos do Estado e configurar uma ordem nacional. Ela forneceu, assim, o modelo de uma camada social que, sem dúvida, teve de compor com os interesses econômicos regionais, mas tirava proveito da diversidade destes para afirmar um poder que se fundamentava, não na representatividade, mas numa unidade ideológica notável (Carvalho, 1980). Os intelectuais dos anos 20, muitos dos quais haviam recebido uma formação jurídica, não estavam inovando quando se erigiram, sem outro mandato a não ser o derivado de suas convicções, em responsáveis pela restauração do Estado e da Nação. Pretenderam retomar por conta própria, e sob outras formas, a função de uma elite que soube colocar-se a serviço do Estado nacional no século XIX.

O processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento global e realizou-se sob diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal.

⁷ "Tudo se passa como se o ponto de partida dessa literatura coincidissem com o núcleo do poder executivo" (ibid.: 232).

Em 1914, Alberto Torres, que fora presidente do Estado do Rio de Janeiro e membro do Supremo Tribunal, publicou *O problema nacional brasileiro*⁸, verdadeiro apelo aos intelectuais para que se integrassem, enfim, à nação a que pertenciam. A obra parte de uma constatação:

A vida cerebral do Brasil gira em torno de dois centros: o mundo dos intelectuais e o dos governantes; os escritores, professores, homens de letras e de ciência, os artistas, no primeiro grupo; os políticos, os administradores, os funcionários, no segundo (Torres, 1933a: 179).

Esses dois mundos levam uma "vida inteiramente alheia à vida da sociedade, [o que] se reflete, entretanto, no pensamento de todos, sob as formas do diletantismo e do pessimismo" (ibid.). Deixando-se envolver pela sedução das modas européias e pelas sínteses ecléticas, comprazendo-se em "uma imaginação passiva, de simples forma, puramente verbal" (ibid.: 219), os intelectuais condenavam-se a uma condição medíocre, em lugar de exercer a influência que corresponderia à sua missão.

Intelectuais, porém, e, em geral, homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam, até hoje, uma força social. A intelectualidade brasileira levou ao último extremo essa atitude de impassibilidade perante a coisa pública (ibid.: 218).

Tornar-se uma "força social" supunha nada menos que "traçar a política" do país, tomando consciência de duas tarefas urgentes do momento: forjar uma consciência nacional — "para conceber a sua política [do Brasil], é necessário formar uma *consciência nacional*" (ibid.: 97) — e promover "a organização nacional"⁹. Este apelo encontrou considerável ressonância: nos anos seguintes, Alberto Torres seria visto como o precursor inconsciente dos pensadores autoritários de todas as tendências.

A partir de 1915, o nacionalismo invadiu a cultura brasileira. Expandiu-se na literatura a ponto de tornar suspeita qualquer obra que parecesse manter alguma distância em relação a ele¹⁰. Deu origem a associações onde os intelectuais esta-

⁸ Utilizamos a reedição de 1933.

⁹ A organização nacional: título de outra obra de Alberto Torres, cuja primeira edição data de 1915. Utilizaremos a segunda edição, publicada em 1933.

¹⁰ Como provam as reações de certos autores tradicionalistas diante do personagem Jeca Tatá, criado por Monteiro Lobato para ridicularizar os exageros e ditrambos que proliferavam à custa da moda nacionalista.

vam onipresentes, e cujo protótipo foi a Liga de Defesa Nacional — criada em São Paulo pelo poeta Olavo Bilac e que logo encontraria adeptos em outras cidades. A Liga se propunha, entre outras coisas, a confiar ao Exército uma função educativa na formação de "cidadãos-soldados" (Baía Horta, 1985). O nacionalismo também fomentou publicações, como a *Revista do Brasil*, cujo primeiro editorial justificava a sua fundação pelo "desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista", acrescentando:

Ainda não somos uma nação que se conhece, que se estime, que se bastie, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinho para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante de sua personalidade (citado por W. Martins, 1977).

Os artigos nela publicados testemunham a efervescência político-cultural do Brasil naquele momento e, segundo Alceu Amoroso Lima, o projeto de criar um "estilo nacional de lutas [que] é hoje uma necessidade da inteligência e não um esforço do sentimento" (citado por W. Martins, 1978a: 79).

O ano de 1922 é freqüentemente citado como símbolo da mutação em curso. Foi o ano em que se produziu a primeira revolta de jovens-oficiais, os famosos tenentes, cujas rebeliões e longas jornadas através do país iriam demonstrar a adesão da nova geração militar ao projeto de reforma do Estado, de tal modo que este pudesse dar forma à nação. Data daí igualmente a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que também passaria a subverter as ambições nacionalistas em meados do decênio seguinte, quando sua direção irá passar, de modo progressivo, às mãos de militares e membros das classes média ou alta (L. M. Rodrigues, 1981: 361-446). Foi ainda o momento em que o Modernismo irrompeu no domínio cultural, com a realização da Semana de Arte Moderna em São Paulo; e quando numerosos intelectuais ingressaram na esfera do catolicismo.

Espécie de *happening* produzido por escritores e artistas, entre os quais Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e muitos outros, a Semana de Arte Moderna foi, sob vários aspectos, um momento fundador. Aspirando a renovar as formas de expressão da arte brasileira, definiu o conteúdo da modernidade cultural: contemporaneidade ao lado das vanguardas européias futuristas e surrealistas,

sensibilidade à descoberta psicanalítica e, simultaneamente, exploração dos alicerces da nacionalidade brasileira na busca de suas maneiras de ser, seus falares, sua diversidade étnica e cultural, e das indefinições que estão na raiz da sua inventividade (Cândido, 1980: 119-21; H. B. de Hollanda, 1978). Uma modernidade ideológica e irônica, portanto, que mescla o cosmopolita e o nacional, mas que representa, sobretudo, uma opção pelo nacional. É o que expressa pouco mais tarde Mário de Andrade:

Enquanto o brasileiro não se abrandar é um selvagem. Os rupis nas suas tabas eram mais civilizados que nós em nossas casas de Belo Horizonte e São Paulo. Por uma simples razão: não há uma Civilização. Há civilizações [...] Nós, imitando ou repetindo a civilização francesa, ou a alemã, somos uns primitivos, porque estamos ainda na fase do mimetismo (citado em Schwartzman, Bousquet Bonamy e Ribeiro Costa, 1984: 80).

Essa modernidade contraditória trouxe também, pelo menos potencialmente, o engajamento político dos que a defenderam: de fato, o debate entre o cosmopolitismo e o nacionalismo ocuparia o centro da questão política tal como esta se colocaria nos anos seguintes. O Modernismo mostrou ainda que o plano cultural e o político são indissociáveis: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis. Raros foram os participantes da Semana de Arte Moderna que não se alinharam, logo depois, como militantes no terreno do nacionalismo: seja o nacionalismo conservador ou o nacionalismo progressista, nacionalismo patriótico ou nacionalismo esclarecido. Menotti del Picchia, um dos que optaram pelo nacionalismo conservador, menciona a Semana de Arte Moderna como "o primeiro sintoma espiritual da transmutação de nossa consciência" (Picchia, 1935: 268).

O movimento católico organizado nessa época em torno do Centro Dom Vital, e que seria dirigido sucessivamente por Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, seduziu os intelectuais que, sem dúvida, simpatizavam com um nacionalismo deliberadamente reacionário. A partir de 1916, certos bispos esforçaram-se para arrancar a Igreja de seus costumes de submissão diante do Estado, enraizados durante o Império e mantidos depois, apesar da separação oficial entre ambos estabelecida pela República. Quanto aos intelectuais — leitores de Joseph de Maistre, Charles Maurras, Henri Massis, Léon Bloy,

Jacques Maritain e outros — sonhavam com uma contra-revolução católica. Jackson de Figueiredo acreditava que somente a religião poderia assegurar a base da nação:

A verdade religiosa é a alma mesma da Pátria, a base espiritual da nacionalidade, a única força que, desde os nossos primórdios, fez a coesão, a unidade entre os elementos mais díspares (citado por Sadek, 1978: 107).

A própria cultura devia tornar-se seu veículo (Figueiredo, 1924): Alceu Amoroso Lima transformou-se em guardião vigilante de uma ordem moral e, após 1930, em incansável defensor da turela da Igreja sobre o ensino público. Muitos membros dessa corrente, inclusive Amoroso Lima, ingressariam depois, de forma duradoura ou não, no movimento integralista de 1933.

A pressão antiliberal, por sua vez, acompanhou a difusão dos diversos nacionalismos. O liberalismo, daí em diante, também seria tido como produto importado, inadaptável ao solo brasileiro. Foi ao liberalismo que Alberto Torres atribuiu o fato de que, no Brasil, a política fosse "de alto a baixo, um mecanicismo alheio à sociedade, perturbador da sua ordem, contrário ao seu progresso" (Torres, 1933a: 183). Num de seus primeiros livros, publicado em 1922, Oliveira Vianna, que se tornou um dos mais notáveis teóricos da organização autoritária, assim se expressou: "os elementos liberais [...] inspiram-se em teorias e idéias exóticas e refletem as campanhas políticas que agitam então o cenário europeu e o americano". Diz ainda: "Entre nós, liberalismo significa praticamente, e de fato, nada mais do que caudilismo local ou provincial" (O. Vianna, 1922b). Em obra posterior, publicada em 1930, afirma que "a reverência à Democracia [...] não pode estar no espírito de qualquer homem com dois dedos de senso comum" (O. Vianna, 1930: 17). Nem todos os intelectuais romperam de maneira tão gritante com a vertente liberal da história política brasileira. Raros, entretanto, foram os que não constatarem sua degenerescência sob a República, o que constituiu um dos temas favoritos dos "ensaios sobre o Brasil" ao longo desse período. Se, em sua quase totalidade, os intelectuais mantiveram-se cautelosos quando a Aliança Liberal acionou a Revolução de 1930, foi por temerem, de início, que ela representasse apenas uma nova expressão do liberalismo.

Esses breves comentários mostram, em todo o caso, que, no espaço de uma década, uma nova geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda dividiu o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da nação. Nesses escritos sobre o presente e o futuro do Brasil encontra-se, de fato, a questão permanente dos próprios intelectuais, sua posição e sua função. Neles reaparecem sem cessar os termos "intelectuais", "intelectualidade", "inteligência" ou *intelligentsia*. Aliás, a palavra "inteligência", em português, nem sempre se distingue de *intelligentsia*; mas está fora de dúvida que os que a utilizam consideram-se pertencentes a uma categoria social específica e que esta categoria é, antes de tudo, uma elite dirigente.

Para os nacionalistas conservadores e autoritários, por sua vez, o elitismo fundiu-se com a representação que faziam do social. Gustavo Le Bon com sua *Psicologia das massas* marcou presença: em 1917, disputava-se a obra nas livrarias (W. Martins, 1978a: 104). A relação massas-elites invadiu o pensamento político. Afirma Oliveira Vianna:

A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja (citado por Medeiros, 1978: 94).

Azevedo Amaral acreditava que, para o despertar das massas, é preciso que sobre elas se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias (ibid.: 94).

Plínio Barreto presta homenagem ao católico Otávio de Faria por ter estabelecido, em *Machavel e o Brasil*, que não há outro remédio para "os nossos males" senão "um esforço sobre-humano para criar uma grande elite de cultura e ciência, capaz de ir aos poucos dominando, de tal modo que a influência sobre a grande massa irá cada vez se tornando mais fácil". Ressalta ainda a urgência de "civilizar por cima, civilizar os que estão em estado de compreender" (citado por Sadek, 1978: 148¹¹).

¹¹ A citação de Barreto foi extraída de um artigo da seção "Livros Novos", do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 23/9/1931.

O elitismo não foi, portanto, apanágio exclusivo dos nordestinos de um Estado todo-poderoso, nem da ordem cristã. Até os "liberais" estavam convencidos de que a República se mostrava incapaz de formar as elites necessárias a qualquer modernização. A este respeito, basta consultar a pesquisa sobre o ensino público realizada em 1926 por Fernando de Azevedo, encomendada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*: ela declara que "a preparação das elites intelectuais procedeu sempre, e em toda parte, a instrução das massas" (citado por I. R. Cardoso, 1982: 30). Fernando de Azevedo, um dos promotores da futura "Escola Nova", foi mais além, enfatizando que toda democracia repousa, de fato, na seleção dos melhores:

A democracia consiste, praticamente, não no "governo do povo pelo povo", o que, em última análise, é uma ficção, mas no governo por elementos "diretamente" tomados do povo e preparados pela educação. Não há salvação para a democracia senão na escolha e pela escolha de capacidades. O problema da educação sobreleva, por isso, em alcance social e político, a todos os outros problemas, numa república decidida a entregar seu governo a uma "aristocracia de capacidades" (ibid.: 49).

A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, dois anos após a derrota sofrida pelos paulistas em sua revolta armada contra o novo regime, faz parte do programa de transformação política mediante a constituição de novas elites.

É possível que esta visão elitista existisse, em grau maior ou menor, em outros países na mesma época, mas, provavelmente, não de forma tão ampla nem tão estreitamente ligada à concepção da própria política. No caso brasileiro, essa visão elitista implicava não só o respeito por uma hierarquia social, herdada ou adquirida, mas determinava também a teorização da política como competência: a arte de governar relaciona-se com o saber científico. Também essa afirmação não foi privilégio dos pensadores autoritários, embora estes tenham sido, sem dúvida, os mais explícitos. No dizer de Azevedo Amaral:

A própria natureza essencial da ação política é de ordem intelectual, isto é, exerce-se pelo domínio da inteligência de minorias privilegiadas cerebralmente sobre maiorias intelectualmente inferiores (citado por Medeiros, 1978: 97).

Segundo Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação do regime de 1930 e protagonista eminente da transição para o Estado Novo:

As transformações não se operaram pela ação da mentalidade primitiva das multidões e dos seus líderes, mas pela influência das ciências e das artes, filósofos pesquisadores, cientistas, engenheiros, artistas (ibid.: 25).

Martins de Almeida afirmou que "a capacidade governativa do homem atual depende de conhecimentos especiais, de cultura sociológica, de idéias sistematizadas, de concepções intelectuais" (citados por Sadek, 1978: 87). Segundo Cândido Mota Filho, "todo homem de Estado na sociedade moderna é, mais ou menos, um sociólogo" (ibid.: 87). Já Mário de Andrade expressou-se por meio de um chiste: "a sociologia é a arte de salvar rapidamente o Brasil" (ibid.: 81). São maneiras de proclamar que entre o ofício de intelectual e o de governante existe uma profunda semelhança. E também maneiras, pelo menos por parte de certos intelectuais, de declarar diretamente sua candidatura a postos de direção política.

E de fato não faltaram lançamentos de candidaturas. Não pretendemos aludir apenas brevemente à participação dos intelectuais na organização do regime de 1930 e nos movimentos políticos — voltaremos ao assunto mais adiante. Por ora, desejamos salientar que essa participação foi objeto de uma reivindicação explícita. Assim, o manifesto com o qual Plínio Salgado inaugurou a Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932 menciona a necessidade de uma "participação direta dos intelectuais no governo da República"; Otávio de Faria, Cândido Mota Filho e Afonso Arinos de Melo Franco apresentaram-se como "mentores intelectuais" dos governantes¹²; Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, como inspiradores da alta administração.

Essas tomadas de posição exigem vários comentários. Em muitos casos, traziam, de fato, a marca da origem social dos intelectuais, como observa Sérgio Miceli a propósito de Azevedo Amaral, Afonso Arinos, Otávio de Faria, todos descendentes de grandes famílias do Império ou ligados à elite administrativa; o mesmo se aplica a Oliveira Vianna, Gilberto Amado e outros, procedentes de famílias de grandes proprietários (Miceli, 1979: 166-7). Seu elitismo foi socialmente marcado.

Esses intelectuais, entretanto, advogavam sobretudo em causa própria. Não pretendiam falar em nome de nenhuma

¹² Segundo a expressão de S. Miceli (Miceli, 1979: 160).

classe social determinada: criticaram a oligarquia e a burguesia, não mostraram nenhuma simpatia pelos "setores médios" e menos ainda desejaram identificar-se com eles. É preciso frisar que seus escritos não fazem mais que raras referências às classes médias e, mesmo assim, em geral, de maneira singularmente depreciativa, como se estas, representadas por funcionários de nível médio e bacharéis, simbolizassem a inércia e o servilismo induzidos pelas estruturas oligárquicas. O mesmo aconteceu com os intelectuais das gerações posteriores: o Brasil não é como outros países da América Latina, onde se depositam as esperanças numa modernização baseada na ampliação dos setores médios. Na melhor das hipóteses, estes são vistos com descendência.

Na realidade, os intelectuais se comportaram como os tenentes. É certo que estes provinham, com frequência, de uma origem social relativamente baixa¹³, mas não se portaram de modo algum como vanguarda das "classes médias" — ao contrário do que, por muito tempo, se afirmou — nem procuraram apoiar-se em outras classes sociais. Os tenentes também pregaram a supremacia dos valores elitistas e nacionais, aspirando assim a demonstrar que era possível superar as determinações particulares e, desse modo, agir exclusivamente em função dos interesses da nação (Fausto, 1972). Intelectuais e tenentes tiveram, assim, uma atitude semelhante: agindo como avulsos da unidade nacional, firmaram sua presença como categoria "socialmente sem vínculos"¹⁴.

Quanto aos intelectuais, não convém superestimar o caráter político de suas atitudes até as vésperas da Revolução de 1930. Mencionamos antes que, com raras exceções — constituídas sobretudo de pensadores mineiros —, não se imiscuíram no movimento revolucionário. O motivo não reside apenas no fato de lhes parecer, de início, que este anunciase a um retorno ao liberalismo: outra razão foi privilegiarem, como prioridade, a intervenção no domínio cultural. Sua formação não os preparava para imaginar que uma revolução política pudesse alterar em profundidade a "realidade nacional" (L. L. Oliveira, 1980: 432). Antes, os estimulava a se manifestar a favor de uma "or-

¹³ Sobre o recrutamento dos tenentes, ver José Murilo de Carvalho (Carvalho, 1977: 181-233).

¹⁴ Segundo o conceito de Weber, retomado por K. Mannheim.

ganização" institucional que, em larga medida, representava o oposto de uma revolução política, uma vez que continha, nas entrelinhas, a intenção de anular a dimensão do político.

Resta que, como se acreditavam elites dirigentes, quaisquer que fossem as suas opiniões sobre o Estado anterior ou posterior a 1930, falavam a partir de uma posição homóloga à do Estado. Preocupando-se com a elaboração da cultura brasileira, não tinham consciência de negligenciar o problema político: estavam simplesmente convencidos de que a essência do político era o processo que conduziria ao advento de uma identidade cultural.

Os fundamentos da legitimidade do poder intelectual

Para justificar suas pretensões, era necessário ainda que os intelectuais pudessem mostrar títulos, o que de fato não lhes faltava. Não eram títulos obtidos por procedimentos de habilitação formal, à maneira dos letrados chineses, nem diplomas de "profissionais" dos tempos modernos¹⁵. Consistiam na posse de um saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade. Assentavam, simultaneamente, na capacidade de definir o social e de explicar as condições da sua organização. Falamos de "legitimidade" no sentido de que os intelectuais retomaram por conta própria concepções do social já presentes em outros grupos sociais e, sobre essa base, elaboraram "o campo do pensável; em outras palavras, a problemática legítima" (Bourdieu, 1979: 465).

Não existia ainda no Brasil uma tradição universitária. Havia escolas superiores — sobretudo de engenharia — e faculdades especializadas — de direito, por exemplo —, algumas das quais altamente prestigiadas. Quanto à criação de universidades, porém, prevaleciam as reticências. Nos anos 1880, os positivistas fizeram uma campanha contra todas as iniciativas nessa área, temendo que se fornecessem ao Estado os meios de assegurar sua tutela sobre o ensino superior. Apesar de tudo isso, em 1920 foi fundada a Universidade do Rio de Janeiro. O grande passo, contudo, só seria dado após 1930, com a cria-

¹⁵ Ver os estudos de Max Weber sobre a burocracia (Weber, 1961: 240-4).

ção da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade Federal em 1937, substituindo no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal que a precedera.

Sendo assim, os intelectuais não dispunham de um princípio de identidade que remetesse a vínculos institucionais. Não se situavam em um campo autônomo, com suas hierarquias e estratégias alicerçadas em critérios relativamente estáveis. Não atuavam, tampouco, no sentido de consolidar as liberdades e os direitos tocantes à condição universitária. Não apresentavam reivindicações do tipo "democratização e participação", como seus homólogos argentinos a partir do movimento de Córdoba, ou seus homólogos chilenos em consequência do movimento de Santiago. O eco das reformas de Córdoba repercutiu entre os estudantes do Rio de Janeiro, que por sua vez reclamaram a "constituição de uma universidade moderna, laboratório de valores morais e mentais, em contato direto com o povo, do qual está divorciada há longo tempo devido à sua estrutura medieval e retardatária". Citando o manifesto de Córdoba, denunciam "o direito divino do corpo docente" (Portantiero, 1978: 228). Este texto, porém, é tardio: de 1928. E sobretudo mal-enfocado, porque foi redigido num momento em que a questão consistia em transformar o ensino superior de modo que ele formasse verdadeiras elites. Na verdade, o intelectual brasileiro apresentava, comumente, três perfis: o de advogado (eram numerosos os doutrinários de tendência autoritária com formação jurídica); o de engenheiro (frequentemente caracterizado pelo positivismo e inclinado para uma visão técnica do poder)¹⁶ e, é claro, o de homem de cultura.

Vemos assim que o avanço dos intelectuais operou-se, em larga escala, sob o signo da ciência. Assinalamos mais acima as constantes menções à sociologia, ao mesmo tempo como ciência do social e como ciência do governo. Elas estão onipresentes nas obras de Alberto Torres e reaparecem também, sem cessar, nos escritos dos intelectuais autoritários, sobretudo dos que não pertenciam ao movimento católico. É claro que a influên-

¹⁶ A figura do engenheiro aparece, em numerosas obras, como símbolo da apropriação técnico-científica do território brasileiro. "A nossa engenharia não tem destino mais nobre e mais útil que esta conquista racional de nossa terra", escreveu Euclides da Cunha, que aliás manifestou sua admiração pelo engenheiro militar Cândido Rondon, o qual contribuiria para integrar o futuro território de Rondônia ao Brasil (Sewczuk, 1983: 141).

cia positivista não aparece aí por acaso; uma influência que não implicava — longe disso — uma fidelidade estrita à doutrina de Augusto Comte. Aliás, desde os anos 1880, o sucesso dessa doutrina se deveu muito menos aos seus discípulos ortodoxos — como os agrupados na igreja positivista do Rio de Janeiro — do que aos seus propagandistas mais livres, que lhe deram repercussão na Escola Militar e nas escolas de engenharia, e aos políticos do Rio Grande do Sul, que nela foram buscar inspiração¹⁷. E com razão, pois nos anos 20 o positivismo remetia principalmente à idéia de que a política e a ciência estão associadas: a sociologia é a apreensão das "leis científicas necessárias", que fundamentam qualquer possibilidade de previsão, uma vez que, segundo Littré, "as previsões são tanto mais seguras quanto mais conhecermos e obedecermos a essas leis" (citado por Nicolet, 1982: 206). Assim, Azevedo Amaral preconiza "a investigação positiva do desenvolvimento sociológico" (Azevedo Amaral, 1930: 17, citado por Medeiros, 1978: 133) e Oliveira Vianna declara-se positivista quando aplica os métodos das ciências naturais às ciências sociais. Em geral, a perspectiva da "organização social" que orientou muitos desses pensadores situava-se dentro da corrente positivista.

Entre os intelectuais autoritários, entretanto, esse positivismo veio mesclado com todas as teorias em voga na Europa entre as diversas correntes da "direita revolucionária" (Sternhell, 1978). O darwinismo social, o evolucionismo de Spencer, as concepções de Vacher de Lapouge ou de Gumplowicz, a psicologia das massas de Le Bon constituem, tanto quanto o positivismo, a base de seu cientificismo. Citemos apenas um exemplo: Azevedo Amaral. Em Darwin, encontra ele "a base sólida para uma interpretação dos fenômenos sociais em termos biológicos e para a orientação de uma política verdadeiramente científica" (Azevedo Amaral, 1930: 58-60, citado por Medeiros, 1978: 135). Pretendendo criar uma "biosociologia" e uma "bioeconomia", refere-se à "eugenia", isto é:

a aplicação prática, à vida social, das noções adquiridas pela ciência da genética, [que] deslocou as questões atinentes ao desenvolvimento sociológico do plano do fatalismo e do empirismo (Medeiros, 1978: 136).

¹⁷ Sobre a história do positivismo brasileiro, remetemos, entre inúmeras obras, às de Ivan Lins (Lins, 1967) e de Cruz Costa (Costa, 1967).

À propósito das classes sociais, formula a seguinte hipótese:

As classes se constituem segundo os traços peculiares da organização biopsíquica dos grupos originariamente incorporados na sociedade, e cuja persistência é assegurada pela transmissão hereditária dos caracteres essenciais do plasma germinativo (Azevedo Amaral, 1930, citado por Medeiros, 1978: 136).

Estes empréstimos não são exclusividade de Azevedo Amaral; encontram-se ainda mais nítidos nos escritos de Oliveira Vianna, onde se traduzem numa mistura de determinismo, racismo e nacionalismo.

Da mesma forma que na "direita revolucionária" européia, tal cientificismo combina-se com o nacionalismo. Nesse aspecto, Georges Sorel foi um dos guias. Dele, Azevedo Amaral extraiu os elementos para um "revolucionismo" que proclama "o caráter descontinuo do progresso social, a função da vontade na determinação das diretrizes desse progresso e o papel da ilusão mítica como propulsora das atividades revolucionárias" (ibid.: 138).

Assim, foram inúmeros os intelectuais brasileiros que participaram do assalto contra a razão triunfante do Iluminismo e os valores universalistas por ela criados. Nas teorizações biológicas, colheram diversos argumentos que servem à sua causa.

Encontraram primeiro como escorar o elitismo. Nesse ponto, todos estavam longe de seguir Oliveira Vianna, que se empenhou explicitamente, em *Populações meridionais do Brasil*, na tarefa de traçar uma genealogia racial da desigualdade social, e que opôs "a nossa alta classe rural", portadora do "caráter atiano da classe superior", às "camadas plebéias", corrompidas pela "profusa mistura de sangues inferiores" (ibid.: 188-9). Raros, porém, foram os que não aderiram a uma visão da seleção natural das capacidades, que justifica o direito de uma minoria a impor sua lei à maioria.

Em seguida tiraram partido desses raciocínios para glorificar a especificidade nacional. Graças às suas raízes próprias, o Brasil possui uma identidade que nada tem a invejar dos países centrais. A exaltação da origem tupi da nação esteve em voga entre autores de todos os matizes. A corrente *verde-amarela*, emanção direitista do Modernismo, reunindo homens como Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia — todos furiosos adeptos do integralismo —, fez dela uma especificidade. Seu manifesto enunciava:

A continuação do caminho Tupi só se dará pela ausência de imposições remáticas, de imperativos ideológicos. O arbítrio mental não pode sobrepor-se às fatalidades cômicas, étnicas, sociais ou religiosas (Velloso, 1983: 63).

Mas a moda tupi foi bem além dos setores de direita.

Aproveitaram, enfim, esses esquemas para devolver aos sentimentos e à afetividade o seu papel na constituição da nação. Os católicos e os futuros integralistas foram os mais encarniçados nessa tarefa de reabilitação, que deveria assegurar o triunfo sobre o materialismo. Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima dedicam-se ao elogio do sentimento religioso. O manifesto *verde-amarelo* atribui ao elemento tupi "a prodigiosa força e bondade do brasileiro e o seu sentimento de humanidade" (ibid.: 60). Menotti del Picchia faz da "bondade, a generosidade, a capacidade para o trabalho, o espírito de fraternidade" as "características essenciais" do povo (Picchia, 1935: 195). Já Cassiano Ricardo enfatiza "a cordialidade" inerente ao povo brasileiro. Essa qualidade logo se transformou em estereótipo. Sérgio Buarque de Holanda, que não pertence ao campo dos autoritários, irá fazer-lhe uma contribuição, consagrando um capítulo do seu famoso *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, ao "homem cordial", cujo "fundo emotivo extremamente rico e transbordante" explicaria a preferência pelos comportamentos afetivos sobre os comportamentos impregnados de ritualismo (S. B. de Holanda, 1981: 167). Para além dos estereótipos, tratava-se de mostrar a existência de um vínculo social não-político que une até mesmo dentro da mais acentuada desigualdade.

Significaria isso que muitos intelectuais brasileiros levaram as afirmações da direita revolucionária às últimas consequências? Estavam longe disso, mesmo os que tendiam para o autoritarismo. Conservaram apenas o que lhes servia para confirmar a sua própria missão.

Tampouco estavam dispostos a fazer muitas concessões ao "poder das massas". De bom grado reconhecem nas uma energia potencial, mas para logo acentuar, como faz Azevedo Amaral, os limites dessa energia:

As massas, embora contendo em si em estado potencial as energias passionais da sociedade, caracterizam-se por uma inércia psíquica que as condena a permanecer indefinidamente em uma posição de equilíbrio espiritual estável, do qual espontaneamente apenas se afastam momentaneamente sob a influência

de estímulos instintivos, para retornarem a ele imediatamente após uma série de oscilações de pequena amplitude e sem conseqüências sobre a estrutura geral da sociedade (Azevedo Amaral, 1934, citado por Medeiros, 1978: 94).

Não puderam também avançar demais no sentido das explicações genético-raciais. Isto significaria, como em Oliveira Vianna, correr o risco de retornar às antigas ladainhas sobre as desvantagens de uma nação cujo povo é composto de gente de todas as procedências, e não apenas de tupis e portugueses. Não deixaram, porém, de levar em conta essas explicações: esses fatores biológico-éticos seriam indicadores de uma realidade oculta e de leis da evolução que não se poderiam ignorar sem recair no artificialismo das construções dos intelectuais de formação tradicional e dos liberais. Com maior freqüência, porém, deslocaram a análise dessas teorias para se situar no plano da cultura.

Voltamos, com isso, às qualificações reivindicadas pelos intelectuais. Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito.

Por se tratar primeiramente de cultura, a iniciativa lhes cabia. Esta supunha que se recolhessem os fragmentos esparsos da cultura popular, para dela fazer a base de uma cultura brasileira. Isto vale para todos os domínios: tanto para a literatura, que deveria ecoar os diversos estilos e costumes, como também para as artes plásticas e a música. Mário de Andrade desempenhou um papel de considerável importância em todas essas áreas. Seu *Ensaio sobre a música brasileira* é um convite para se inventar uma música nacional, procurando ouvir as melodias populares¹⁸. Sua obra literária, com a atenção dirigida às expressões familiares e à sensibilidade comum, sugere os modos de sociabilidade criados pelas estruturas paternalistas. Nomeado para a chefia do Departamento de Cultura de São Paulo em 1935, propôs-se efetuar um levantamento das artes e tradições populares. Porém Mário de Andrade não atuou isoladamente; em toda parte era a hora da "redescoberta do Brasil". Villa-Lobos atingiu a glória — a ponto de se tornar, após 1930,

¹⁸ Sobre a música e o papel de Mário de Andrade nesse campo, ver Arnaldo D. Contier (Contier, 1985).

o compositor oficial do regime — inspirando-se na música popular. O romance regionalista tornou-se um instrumento de conhecimento do país. Gilberto Freyre contribuiu para dignificar todas as formas de práticas populares. Desde o *Manifesto regionalista* de 1926, já proclama como possuidoras do mesmo valor todas essas práticas: "Não há um povo quando às suas mulheres falta a arte culinária. É uma falta quase tão grave como a da fé religiosa" (*Manifesto regionalista* de 1926, 1952: 17-8). Tudo isso converge para a definição da "identidade brasileira", explicitação desse "inconsciente nacional" de que o povo é portador. "Como o povo é inconsciente, é fatalizado (sic), não pode errar", observa Mário de Andrade (citado por Contier, 1985: 27).

Essa tomada de consciência das raízes culturais não excluiu a intervenção do intelectual no sentido de fazer o povo ingressar na era da civilização. Pelo contrário; já mencionamos a senha "civilizar por cima", formulada por Otávio de Faria. Esta constituiu a outra vertente da construção da identidade nacional. Os intelectuais autoritários foram, mais do que os outros, seus adeptos declarados. Em 1929, escreve Plínio Salgado que "cabe ao intelectual efetuar um trabalho de evangelização", inculcando no povo um sentimento de "resistência nacional" (citado por Veloso, 1983: 76). Oliveira Vianna foi, neste aspecto, ainda mais brutal, afirmando que no momento bastaria apenas ensinar as massas a "ler, escrever e contar" (O. Vianna, 1951, citado por Medeiros, 1978: 194). Vimos, porém, que os liberais de São Paulo não ficaram atrás ao considerar que um povo analfabeto não podia ser um povo.

Porém a conversão do implícito em explícito é uma tarefa, no mínimo, também política. Tanto o positivismo como o darwinismo social contribuíram para que os intelectuais fossem reconhecidos como possuidores de um saber político. O primeiro divulgou a crença na eficácia das idéias e na possibilidade da organização social. O segundo destacou as fontes de energia no âmbito da sociedade. Trataremos, nas páginas seguintes, das representações do político que foram elaboradas a partir daí. Por ora, assinalamos apenas que a legitimidade do intelectual provinha da complementaridade entre os seus saberes que apresentava: o relativo à dinâmica das massas cegas, o concernente à formação da cultura e o que tratava da organização do político.

Saberes que legitimaram o intelectual

Não seria, portanto, um truismo afirmar que esses saberes — social, cultural e político — conferiam qualificação para o acesso à posição de elite dirigente, pois estão no próprio princípio da hierarquização social, como também da fixação dos objetivos políticos necessários para que a sociedade tomasse corpo. "As minorias que sabem, que pensam e que querem" (A. A. Lima, 1942: 62) estavam naturalmente destinadas a canalizar as massas, a fazê-las adquirir progressivamente seus direitos de cidadania. No momento, não poderia existir uma legitimidade que exigisse uma representatividade: isso implicaria que o povo já se encontrasse politicamente constituído. Só há legitimidade em relação à nação, e nada tinha a ver com uma vontade geral; era a vontade de uma elite que fomentava as condições para o surgimento de uma vontade geral. Os intelectuais detinham um poder legítimo devido à sua vocação nacional.

O imperativo nacional não se estabeleceu mediante a negação das idéias e teorias produzidas no exterior: as referências às múltiplas adaptações locais das variantes do darwinismo social o provam suficientemente. Oswald de Andrade, em um de seus textos "antropofágicos", bem pôde instigar a "saltar do bonde" ou "queimar o bonde" no qual se transportava "a civilização importada" (O. de Andrade, 1982: 290). À semelhança do movimento modernista, o nacionalismo cultural e político caminhava sobre duas pernas: uma autóctone, a outra, ainda e sempre, bastante européia. Comentando o exemplo do integralismo, Marilena Chauí considerou o recurso à autoridade das ideologias estrangeiras como inerente às elaborações autoritárias brasileiras (Chauí e Carvalho Franco, 1978¹⁹). Apesar de todas as negativas, essas ideologias continuavam valendo para legitimar tudo o que aspirasse à qualificação de "saber". O que estava em jogo no debate sobre as "idéias importadas" e as "idéias nacionais" era algo diferente: tratava-se da situação do intelectual em relação às elites. Roberio Schwarz e Maria Sylvia Carvalho Franco, de formas diferentes, o demonstraram bem: as "idéias importadas" no século XIX — em especial o liberalismo — podiam perfeitamente se adaptar a uma sociedade que, por outro lado, era escravagista, porém caminhavam

¹⁹ Especialmente este comentário: "Acredito que é por se tratar de um pensamento autoritário que há importação de idéias e não porque há tal importação que um certo pensamento brasileiro tornar-se-ia numericamente autoritário".

par a par com a submissão do intelectual ao sistema de "favores" que constrangia os "homens livres" (Schwarz, 1981: 13-28, Franco, 1976: 61-5). Exaltar o "nacional", nos anos 20, obedecia, acima de tudo, ao desejo de escapar dessa dependência e proclamar o advento dos intelectuais como elite autônoma.

O imperativo nacional teve ainda outra função: permitiu enunciar os critérios de participação legítima nessa elite. Não mereciam plenamente o título de intelectuais senão os que aceitassem esse imperativo, o que não excluía, contudo, as ciências internas, às vezes muito profundas. Em relação ao caráter político do tema do imperativo nacional, tais ciências não se limitavam a uma luta pela classificação, ou pelo domínio das regras de classificação, no interior de um campo institucional constituído; antes, revelavam os conflitos sobre a concepção da ordem política. Não obstante, mesmo relacionados às correntes adeptas da prioridade nacional, esses conflitos deixavam o campo livre para as práticas de "conciliação", essa modalidade antiga de coexistência e compromisso entre elites opostas e reses contritórias, numa sociedade fortemente hierarquizada²⁰. Em torno do imperativo nacional, organizou-se assim um universo de debates políticos que, manifestando divisões mas também consenso em torno de um mesmo objetivo, conferia aos membros da elite intelectual a possibilidade de um reconhecimento mútuo baseado na mesma vocação. Disso, porém, também resultaram formas de exclusão, afetando tanto os indivíduos quanto as idéias. Essa elite nacional aceita as profissões de fé regionalistas, mas não encoraja as que expressam fidelidade a origens nacionais diversas. Em seu romance *O estrangeiro*, de 1926, Plínio Salgado ridiculariza e maltrata os russos e italianos que vão abrindo seu caminho em São Paulo em detrimento dos brasileiros. Em *Amar, verbo intransitivo*, Mário de Andrade não fica atrás, lamentando a proliferação de estrangeiros de todos os tipos na "pátria dos bandeirantes"²¹. Reações de "primos pobres"? É o que afirma Sérgio Miceli: o primeiro, vindo de uma família tradicional do interior do Estado de São Paulo; o segundo, originário de uma família importante pelo lado materno, mas condenado a estudos incompletos e pouco

²⁰ Sobre a "conciliação" na política brasileira, ver Mercadante (1965) e sobretudo Debrun (1983) e J. H. Rodrigues (1982).

²¹ Sobre os estereótipos dos escritores modernistas a respeito dos italianos, ver Carelli (1985).

em Ideias nacionais e ideias importadas - o que importa é a ideia de nação, não a ideia de cultura.

prestigiados. Talvez; mas são também atitudes políticas contra o que resistisse à integração nacional e cheirasse a cosmopolitismo. Nada de elogios à "diferença", mas uma exigência de rápida adesão ao imperativo nacional. Pouca tolerância para com os intelectuais imigrantes que continuassem encantados com o seu passado, mas generosidade na cooptação, desde que surgisse a identificação com a nação. Foram essas as opções que presidiram à transformação dos intelectuais brasileiros numa "força política", como desejava Alberto Torres: elas manifestavam a presença de normas mais ou menos conscientes.

A propósito dos positivistas do século XIX, observa Sérgio Buarque de Holanda: "É realmente edificante a certeza que punham aqueles homens no triunfo final das novas idéias". Entretanto, logo coloca esta questão: "Não existiria, à base dessa confiança no poder miraculoso das idéias, um segredo horror à nossa realidade?" (S. B. de Holanda, 1981: 117-8). Os intelectuais dos anos 20-30 não faziam mais que invocar a "realidade nacional": se havia um título que reivindicassem, era o de "realistas". A pergunta de Sérgio Buarque de Holanda nem por isso perde a pertinência: o retorno às origens tupi não teria um efeito profilático contra os males do momento? E com maior razão, a nostalgia de uma organização técnica da sociedade não teria o caráter de medida preventiva contra a desordem latente?

As representações do fenômeno político

O "realismo" triunfava no domínio político. Para todos os intelectuais havia uma única palavra de ordem: dar um fim ao hiato que a República criara entre o "país político" e o "país real" e, assim propor, instituições que correspondessem à "realidade nacional". A conjuntura não exigia que se recorresse à "ideologia". É verdade que ela impunha o uso do "mito", no sentido de Sorel, mas tratava-se antes de levar em conta a sociedade brasileira tal como era.

O "realismo", todavia, combinava-se com o construtivismo mais deliberado. O tema da "organização" política evidenciava o propósito de fabricar, a partir de elementos vários, institui-

ções que permitissem a formação do social. Os pensadores "autoritários" foram, sem dúvida, os mais empenhados em definir os contornos que deveria ter um poder nacional. Mesmo os intelectuais preocupados sobretudo com a "cultura brasileira" participavam, querendo ou não, da elaboração das novas representações do político.

No domínio político, a referência ao saber era ainda mais accentuada do que no domínio cultural. Os intelectuais e teóricos do regime de 1930 concordavam em querer uma política que não deixasse lugar algum à arbitrariedade dos interesses e paixões democráticas. Alberto Torres indica, também nesse caso, os objetivos:

Coordenar, por ação consciente, estes movimentos da sociedade, é o grande encargo da política; eis por que não será jamais ocioso repetir: um país não é realmente uma nação se não tem *uma política*, a *sua política*, a política de sua terra, de sua raça ou de suas raças, de sua índole, de seus destinos; esta política, superior às políticas doutrinárias e sempre falazes dos partidos, é instintiva, tradicional, costumeara nos velhos países (Torres, 1933b: 226).

No Brasil, é preciso forjá-la "urgentemente".

O antiliberalismo e a "ideologia de Estado"

Em diversos estudos, o cientista político Bolívar Lamounier propõe qualificar as concepções políticas dos pensadores autoritários como uma "ideologia de Estado" (Lamounier, 1974 e 1977: 343-74).

A "ideologia de Estado" opõe-se às diversas ideologias que se fundam nos mecanismos de "mercado", seja este definido em termos econômicos ou em termos políticos. De modo geral, ela rejeita todas as teses que recomendam uma auto-regulação do social.

A rejeição dos "mecanismos de mercado" pode expressar, de fato, duas constatações diferentes: ou já existe um mercado no Brasil, fomentando porém antagonismos ou cisões que ameaçam a unidade da sociedade; ou não existe um mercado, mas somente uma desorganização profunda. Na maioria dos ensaios políticos, essas constatações se mesclam em boa medida.

As críticas contra a burguesia ou contra o capitalismo provinham da primeira afirmação: admitiam o surgimento de inte-

resses contrários, mas viam neles um perigo para a nação. Essas críticas foram formuladas tanto pelas correntes católicas como por aquelas mais influenciadas pelo positivismo ou pelo evolucionismo. Por um lado, declara Alceu Amoroso Lima: "O regime industrial empírico é um fator de degenerescência. O capitalismo instintivo, levando ao conceito de *lucro* ilimitado como base da vida econômica, é outro grande fator de degenerescência" (Amoroso Lima, 1931, citado por Medeiros, 1978: 315). O mesmo autor louva o integralismo por suas posições "antiburguesas" (ibid.: 276). Por outro lado, deplora Azevedo Amaral "o problema urgente que apresentam hoje as nossas forças produtoras, deixadas até hoje à mercê de um empirismo mais ou menos grosseiro" (Amaral, 1930, citado por Medeiros, 1978: 111). Certos ataques aos partidos políticos derivavam da mesma constatação: não questionam a vitalidade de alguns desses partidos mas denunciam os perigos do divisionismo que introduzem no Brasil.

As considerações sobre a ausência de um verdadeiro tecido social ou político inserem-se na segunda constatação. A carência de agentes dotados de identidade, o caos social, a desordem política são outros indícios de uma falha radical. O *Retrato do Brasil* de Paulo Prado descreve um "Brasil que é apenas uma sociedade, como simples agregado de moléculas humanas" (citado por Sadek, 1978: 130). Oliveira Vianna observa que "não há nenhuma classe entre nós realmente organizada, exceto a classe armada", e comenta:

A classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária (...) vivem em estado de semiconsciência dos seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico (O. Vianna, 1927, citado por Medeiros, 1978: 170-1).

Sob o rótulo de liberalismo político, o mesmo Oliveira Vianna não via mais que um caudilismo local ou provincial: "Estudai a história social de nosso povo: nada encontrareis nela que justifique a existência do sentimento das liberdades públicas" (O. Vianna, 1922b, citado por Medeiros, 1978: 170-1).

Desconfiança em relação ao funcionamento do capitalismo da época ou condenação por princípio de sua lógica; dúvida sobre a viabilidade do liberalismo político no Brasil ou antipatia doutrinária em relação às próprias premissas do liberalismo;

temor inspirado pela multiplicação anárquica de interesses particulares ou pessimismo devido à desorganização do social: eis o que levou grande parte dos intelectuais a aderir a uma "ideologia de Estado".

Bolívar Lamounier enumera os componentes dessa ideologia: aspiração a uma constituição orgânico-corporativista da sociedade, verdadeiro motivo central das obras de Oliveira Vianna e também de numerosos autores católicos; privilégio concedido ao "objetivismo tecnocrático" ou ainda à "política objetiva" — retomando o título de um livro de Oliveira Vianna (Vianna, 1930) — que exigiam a formação de reagrupamentos profissionais e a abordagem científica dos problemas sociais; tomada de posição a favor de um tratamento "paternalista-autoritário" do conflito social etc.

A expressão "ideologia de Estado" tem, portanto, o mérito de ressaltar que o Estado, e não a sociedade civil, se apresenta como o agente da construção nacional. Essa convicção não foi de todo inovadora: já estava difundida no século XIX, e Alceu Amoroso Lima não fez mais que endossá-la ao afirmar que em toda a história do Brasil, "o poder público não é apenas o reflexo do povo e sim o orientador, o guia, o verdadeiro formador do povo" (A. de A. Lima, 1944: 145). Essa idéia volta, porém, à ordem do dia por ocasião da crise da República.

A expressão é também um tanto ambígua, e isto por razões diversas, umas factuais, outras teóricas.

Nem todas as correntes antiliberais se mostraram igualmente dispostas a remeter ao Estado a tarefa de organizar a sociedade. Os católicos o fizeram apenas dentro de certos limites. O próprio Alceu Amoroso Lima, nesse ponto, adotou uma atitude conforme os ensinamentos da Igreja: o Estado é o encarregado do "bem comum", é "a autoridade que, na ordem temporal, engloba todos os grupos naturais da associação a fim de defender o bem próprio de cada qual e promover o bem comum" (A. de A. Lima, 1939: 65). Porém essa autoridade só é legítima na medida em que respeita "a natureza das coisas e a natureza do homem, e portanto o Criador de uma e outra, Deus" (ibid.: 57). A partir da fundação do movimento integralista, Plínio Salgado se converte em admirador do fascismo italiano e se pronuncia a favor de um "Estado forte" e intervencionista. Esse Estado, porém, não poderia interferir com os três grupos "naturais": o grupo familiar, o grupo profissional

e a unidade política local, que fazem parte dessa esfera da sociedade "que é autônoma e autodeterminativa", como também não poderia ir contra "o humanismo espiritualista"²².

De resto, o consenso relativo ao fortalecimento do Estado central não impediu que surgissem divergências consideráveis quanto aos seus fins. Para certos escritores, estes eram sobretudo de natureza instrumental, como no caso em que se enfatiza a necessidade de intervenção dos poderes públicos na economia ou nas relações sociais. Para outros, traduziam-se na necessidade de ampliar o papel das "verdadeiras" elites, colocando o poder a salvo das influências dos "interesses particulares". Para outros ainda, o objetivo era justamente que o Estado promovesse a coesão da nação. É só nesse último caso que a referência ao Estado comandava plenamente a concepção da política e da nação.

A ambivalência realista

O "realismo" era a palavra-chave. No entanto, o horror à realidade ressurgia sem cessar.

Revelar a realidade, desvendar sua coesão oculta, mostrar as solidiedades que a irrigam; todos, depois de Alberto Torres, embarcam nessa aventura. Alceu Amoroso Lima, católico, preconiza "a filosofia do realismo integral" para responder às questões do momento, conseguir "colocar cada coisa em seu lugar" e evitar que a "vida social se baseie apenas no arbítrio das maiorias ocasionais" (Medeiros, 1978: 247-8). Oliveira Vianna, teórico do corporativismo, faz a apologia do "país real", aquele cuja unidade se constrói na história:

O passado vive em nós, latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente (...) Em nosso passado histórico recente estão os moldes ainda quentes, onde se fundiram essas idiossincrasias, que nos extremam e singularizam, como povo, entre todas as nações da Terra (O. Vianna, 1922b, citado por Medeiros, 1978: 160).

De que "realidade" se tratava? Com certeza, daquela tornada invisível pelas idéias e instituições calcadas do estrangeiro:

²² Reportar-se ao melhor livro sobre o integralismo: o de Hêlgio Trindade (Trindade, 1979: 200-1).

a de uma nação preexistente à sua organização política. Ora, apesar do que dizia Oliveira Vianna, a história passada não basta para atestar a sua unidade. As estruturas familiares, as relações sociais cotidianas, as relações de favor e compadrio, os costumes mostram muito melhor o processo de criação dos laços sociais ocultos nas profundezas das mentalidades e das trocas sociais. Encontramos o "cultural" em seu papel fundador, "Bondade", "cordialidade", "caráter nacional", eis o que fazia a unidade pré-política. Desse ponto de vista, a obra de Gilberto Freyre constitui um marco essencial: plenamente moderna na aplicação dos métodos da antropologia culturalista, *Casa grande e senzala*, cuja primeira edição no Brasil é de 1933, faz da mestiçagem "uma experiência privilegiada de fusão de raças, de intercâmbio de civilizações" (Freyre, 1952); mais ainda, o livro considera os relacionamentos sexuais como o motor de toda uma elaboração cultural, que fundamenta as relações sociais. As considerações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a "cordialidade" também têm a função de situar o indivíduo, logo de saída, no interior de uma rede de relações: "No 'homem cordial', escreve ele, 'a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo'" (S. B. de Holanda, 1981: 108). As análises de Oliveira Vianna sobre o sistema da fazenda escravagista ressaltavam o espírito de família que ele cria:

Na vida das fazendas nossa bondade natural adota o trato dos escravos. Estes são como membros da família e quase sempre ligados ao fazendeiro por terna afeição. Jamais conhecemos a aristocracia de casta (O. Vianna, 1922b, citado por Medeiros, 1978: 178).

Os objetivos dessa marcha para a "realidade" são claros. Consistem, num primeiro momento, em mostrar que não existe o indivíduo isolado: ele está, já de início, inserido numa coletividade. Ficava, assim, anulada a validade das idéias políticas referentes ao individualismo. Num segundo momento, visam a destacar a interdependência entre aqueles que ocupam posições sociais desiguais; desse modo, caducavam todas as teorias fundadas na divisão de classes. Pretenderam, enfim, provar que existia uma unidade nacional de fato, que faltava apenas fortalecer pela via institucional.

Não foram esses os únicos objetivos do "realismo". É certo, por exemplo, que estas descrições permitem também

mesclar a aspiração por um Estado moderno ao respeito pelas formas patriarcais ou, melhor ainda, conceber o Estado moderno como prolongamento da dominação patriarcal. Escreve Gilberto Freyre:

A história social da casa-grande é a história íntima de todos os brasileiros, da sua vida familiar e conjugal sob o patriarcalismo escravagista e polígamo; da sua infância; do seu cristianismo doméstico, influenciado pelos negros e suas superstições (Freyre, 1952: 400).

Azevedo Amaral e Oliveira Vianna não escondiam suas reservas em relação à abolição da escravatura. O Estado orgânico que preconizavam não podia separar-se dessa maneira de decifrar o social. Mesmo que o Estado se industrializasse, era preciso que representasse também uma nova casa-grande em escala nacional.

O importante, porém, é a maneira com que a "realidade" serviu de fundamento político. O reconhecimento das solidariedades sociais que lhe conferem consistência tornava supérfluo o mito de um contrato social original. A identidade cultural nela enraizada fundamentava, de imediato, a identidade nacional, e a sua evolução explica a diferenciação natural entre as elites e o povo.

Mas o horror por essa realidade aflora sem cessar em todos esses raciocínios. O "amorfo" de Oliveira Vianna contrabalança a "cordialidade". Praticamente nenhum autor estava livre da ambivalência. Da exaltação do tupi, Plínio Salgado passa à descoberta da monstruosidade popular:

Não podemos de maneira nenhuma cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido (...) O povo já se escravizou, de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo e sim salvá-lo do cativeiro, não com agradecimentos, mas com a imposição de novas formas de mentalidade (citado por Chauí e Carvalho Franco, 1978: 48).

Azevedo Amaral afirma que, com a Abolição, "ficamos sob a iminência de ver resolvido o problema do conflito das culturas pelo predomínio majoritário dos elementos formadores das correntes ameríndia e africana" (Azevedo Amaral, 1934: 256). Menotti del Picchia presta homenagem à ausência de preconceitos raciais, mas julga que o povo, incapaz de transpor os horizontes regionais, não se sente verdadeiramente brasileiro: "O nacionalismo brasileiro, portanto, não é fruto de uma funda-

e inconsciente solidariedade histórica" (Picchia, 1935: 181). Em suma, a desvinculação social toma o lugar dos laços sociais.

O "realismo" revela, portanto, uma ambivalência insuperável. Em um artigo sobre a "imaginação política brasileira", Wanderley Guilherme dos Santos insiste no fato de que esta teria surgido a partir de uma percepção dicotômica, de tal forma que premissas diferentes estão na base de construções lógicas rigorosamente separadas (W. G. dos Santos, 1970: 137-61). Esta hipótese não nos parece aplicável aos intelectuais de 1930: sob forma de ambivalência, a dicotomia está presente no interior de cada uma das suas formulações. Ela revela um hiato, imputado à realidade, que só poderia ser reabsorvido pela invenção de uma imagem de nação organizada.

A ambivalência em relação à realidade também abriu caminho a todas as audácias na elaboração das maneiras de se controlar essa realidade. O "realista" era aquele que teorizava sobre o real e o submetia às tecnologias do poder.

O "realista" e o teórico consistiam numa mesma pessoa. Sob essas duas manifestações, o intelectual perseguia o mesmo objetivo: buscar uma definição do fenômeno político que escapassem às concepções comuns da política. Apaixonado pelo realismo, desejava descobrir esta mistura de uniões e desuniões sociais anteriores a toda instituição política. Arquiteto infatigável do "bom modelo" de organização social, buscava em um outro plano, o sonho de um controle político que equivalia a negar a dimensão própria do político.

A ambivalência em relação ao fenômeno político

A ambivalência em relação à realidade se encontra no princípio de todas as construções propostas por intelectuais de sensibilidades diversas — construções que também se colocam sob o signo do realismo. As instituições a serem criadas deveriam valer apenas por sua "adequação" à realidade, cabendo-lhes traduzir em termos políticos a unidade pré-política desta.

"Objetivismo tecnocrático", "política objetiva", eis duas expressões que já encontramos. Elas comportam a tese da necessária "adequação", algo que está na base das nações sólidas:

Não há exemplo de uma nação que tenha conseguido impor-se historicamente pelas suas realizações e pelas contribuições por ela trazidas para o progresso da humanidade, em cujas instituições e leis fundamentais não se encontre uma correlação direta com as realidades da ambiência nacional (Azevedo Amaral, 1938: 81).

Implicam também a tese de uma gestão racional das relações sociais e econômicas, cuja melhor ilustração seria a organização econômica:

Poderemos dizer que na planificação se sintetizam todos os objetivos para os quais convergem as tendências e os esforços dos que pleiteiam a passagem de uma economia empírica para um regime de sistematização racionalizado na produção da riqueza e na sua distribuição (ibid.: 139).

Essas duas proposições formuladas por Azevedo Amaral poderiam ter sido expressas por outros autores a respeito dos campos mais variados da atividade social: direção científica e técnica do desenvolvimento, regulação equilibrada das relações sociais, organização do poder em função do interesse geral, enquadramento corporativista da população: outros tantos aspectos dessa "organização" que a maioria dos intelectuais se sentiam chamados a delinear.

Foram múltiplas as fontes de inspiração. A ótica tecnocrática, o papel unificador do poder, a harmonização das relações sociais tanto podiam originar-se de um positivismo adaptado ao gosto do momento, quanto de correntes católicas conservadoras ou sociais do corporativismo salazarista ou do fascismo italiano. A estas se deveriam acrescentar muitas outras influências, desde o New Deal até as teorias corporativistas do romeno Manólesco, às quais Alceu Amoroso Lima e outros intelectuais se referem para exigir a "organização funcional da nação". As teorizações variam segundo esses fundamentos doutrinários, como também em função das prioridades de cada um. Assim, propor, como Azevedo Amaral, estimular o desenvolvimento industrial, ou, como Oliveira Vianna, constituir um verdadeiro sistema corporativista; aspirar, como Alceu Amoroso Lima, à ordem moral ou, como Plínio Salgado, a um vasto movimento fascista, são projetos que desembocam em concepções diferentes do poder. Alceu Amoroso Lima temia que os "técnicos" da organização social cedessem ao materialismo:

A salvação da burguesia não está nas mãos dos técnicos, dos sociólogos, dos economistas ou dos políticos. A salvação da burguesia está, antes de tudo, na mão dos santos (A. de A. Lima, 1932: 242).

A partir de 1936, Otávio de Faria afasta-se do culto do Estado para reafirmar as exigências espirituais.

Apesar de tudo, prevaleciam as convergências. Os espiritualistas mostravam-se dispostos a reconhecer nos positivistas o mérito de darem primazia ao conjunto orgânico da sociedade, acima dos interesses particulares. Tanto Jackson de Figueiredo como Alceu Amoroso Lima fizeram do positivismo um "catolicismo sem Deus" (ibid.: 84). Uns e outros foram solidários em rejeitar a "onipotência do indivíduo", bem como a acatitação das "maiorias ocasionais"²³. O fato de que o poder representasse a unidade do social podia prover de fundamentos tão diversos quanto o saber, a transcendência, o direito natural ou a vontade nacional expressa pelas elites: o essencial é que estivesse ao abrigo dos azares da política tradicional e que sua "adequação à realidade" fosse garantida pelo fato de que esse poder simbolizava e organizava a unidade social.

Alfred Stepan mostrou a difusão do modelo "orgânico-estático" em numerosos países da América Latina (Stepan, 1978). Em contraste com a ausência de formas de auto-regulação da sociedade civil e com a proliferação de interesses não coordenados, este modelo tende a conciliar a afirmação de uma ordem social "natural" com a intervenção do Estado na criação política dessa ordem social. No caso brasileiro, os intelectuais aderiram a esse modelo ainda mais intensamente, pois, tendo suscitado uma representação despolitizada do social, criaram os meios de atribuir ao Estado uma margem ilimitada de ação para promover politicamente a cooperação orgânica entre os diversos segmentos sociais.

O "organicismo", porém, ultrapassava essa delegação de poder ao Estado. Tratava-se — e não somente por intermédio do Estado — de criar uma concepção holista do social. Sabemos que Louis Dumont opõe as sociedades que "valorizam em primeiro lugar a ordem e, portanto, a conformidade de

²³ As duas expressões são de Alceu Amoroso Lima, citadas por J. Medeiros (Medeiros, 1978: 246-8).

cada elemento ao seu papel no conjunto, em suma, a sociedade como um todo", aquelas que "valorizam em primeiro lugar o ser humano individual" (Dumont, 1977). O contraste se aplica plenamente quando se comparam sociedades hierárquicas, como a indiana, com sociedades ocidentais modernas. É menos nítido quando se trata de representações nacionalistas contemporâneas: a propósito da filosofia da história de Herder, Dumont afirma que ela se origina do holismo por sua insistência na submissão do indivíduo à cultura coletiva, e também do individualismo por sua ênfase no caráter único de cada cultura (Dumont, 1979). Parece-nos que a diferença está entre um holismo inicial, subjacente à organização do social, e o holismo voluntarista, que tende à reorganização do social. Seria desnecessário dizer que o holismo brasileiro entra na segunda categoria. É verdade que os intelectuais se esforçavam para priorizar o individualismo de qualquer consistência real; demonstram-no, de um lado, a valorização da afetividade, do patriarcalismo e da família extensa e, de outro, a condenação do individualismo como fundamento do político devido ao seu caráter artificial e dissolvente. No melhor dos casos, para destacar os aspectos positivos da desordem brasileira, foram levados às vezes a reabilitar certas manifestações do individualismo. Menotti del Picchia exalta "o profundo e fecundo individualismo do brasileiro, tornando-o ativo, aventureiro, anejo, liberto de preconceitos" (Picchia, 1935: 173); o libertário Oswald de Andrade aspira a dar liberdade ao "indivíduo, vítima do sistema" e cria entre nós" (O. de Andrade, 1982: 269-70). O indivíduo emerge, assim, na cultura brasileira. Persiste acima de tudo, porém, o fato de que os ensaístas careciam de elementos no momento em que desejavam ressaltar as estruturas de hierarquização inseridas diretamente na sociedade. Em vez delas, descobriram apenas o coronelismo e a dependência, com a violência e o particularismo que os acompanham e que corrompem, tanto quanto os pseudopartidos políticos, a unidade nacional. Daí as marcas de uma exigência holista, produto da ausência de mediações sociais adequadas. Ela coloca face a face, sem intermediários, as massas e o poder. Há algo de aristotélico nesse holismo: seu objetivo é dar forma à matéria. Nesse contexto, os intelectuais detêm o segredo das formas.

Tendo proclamado a primazia do todo e fixado os critérios pelos quais o poder é a sua representação, restava somente construir, a partir de cima, as mediações que faltavam. O corporativismo interveio nessa fase que, segundo Oliveira Vianna, une o "povo-massa" à "administração pública" (O. Vianna, 1952, citado por Medeiros, 1978: 174). Afirma Alceu Amoroso Lima que o corporativismo garantiu "a reassociação dos três poderes básicos da sociedade: o político, o econômico e o espiritual" (A. de A. Lima, 1932: 20). Não é necessário nos estendermos sobre esse tema: lembraremos apenas três aspectos.

O primeiro é que, antes mesmo de 1930, o projeto corporativista enunciado por diversos intelectuais era concebido como uma forma de regular as relações entre o "capital" e o "trabalho". Em um ensaio publicado em 1922, Oliveira Vianna já vinculava "nacionalismo" e "questão social". Há ali um erro de lógica: "A solução do problema trabalhista entre nós não poderá deixar de ter — como premissa maior — a necessidade de preservar a nossa personalidade nacional" (citado por Medeiros, 1978: 178). Mas envolve também a afirmação de que a consolidação do Estado brasileiro exige o controle das relações sociais — controle que simboliza a autoridade do Estado diante da burguesia e das classes populares. Constituía, além disso, a "interdição" preventiva dos conflitos de classe: "Os conflitos de classe, próprios às sociedades de alta organização industrial, não tinham ainda razão de ser entre nós" (O. Vianna, 1925, citado por Medeiros, 1978: 181). Tríplice tomada de posição que, sob formulações diversas, seria resgatada por muitos outros intelectuais, e cujas implicações sobre o próprio estatuto de intelectual são importantes: a vocação de intelectual se realizava pelo equacionamento conjugado da questão social e da questão nacional; a autonomia do intelectual se consistia sobre o pano de fundo do enquadramento das classes populares, pela via institucional ou pela via política.

O segundo aspecto diz respeito à definição da cidadania. O esquema corporativo estará na origem das medidas adotadas após 1930: regulamentação das profissões, leis trabalhistas de 1932, legislação sindical. Essas foram as bases do que Wanderley Guilherme dos Santos qualificou como sistema de "cidadania regulada", que se apoia na atribuição de direitos moldados em função da filiação profissional. 

As raízes [do conceito de cidadania] encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (W. G. dos Santos, 1979a: 75).

Essa cidadania social atrela, portanto, os agentes sociais à órbita do Estado, caso queiram obter uma identidade coletiva legal. Ela introduz, a um só tempo, princípios de diferenciação em termos de categoria e de local que se opõem às solidariedades coletivas mais amplas, e submete cada categoria ao controle permanente do Estado. Sem dúvida, a cidadania social regulamentada não equivale ao conjunto da cidadania mas coexiste com uma cidadania política, exceto durante o Estado Novo, quando os partidos e as eleições foram suprimidos. Assim se efetuava o desdobramento entre a representação dos interesses e a representação política. Especialistas desta última, os intelectuais podiam reivindicar um direito privilegiado à atividade política.

O terceiro aspecto é que os próprios intelectuais, enquanto membros de profissões específicas, também estavam sujeitos a essas disposições corporativas. A partir de 1930, foram fundadas organizações profissionais: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 1930; a profissão de jornalista, regulamentada em 1931; a Academia de Medicina, fundada em 1931; o Conselho de Engenharia e Arquitetura, constituído em 1933; e também um sindicato de escritores. Essa regulamentação não questiona a posição dos intelectuais; porém, contando com o beneplácito do Estado, confere meios às elites daquelas profissões para criar as condições de acesso ao exercício profissional, e para intervir em nome da "ética" profissional (L. W. Vianna, 1984). Legitimava também as competências especializadas, e delegava certas funções públicas. Assim foi o intelectual se inserindo na construção orgânica da sociedade e do poder. O exemplo brasileiro demonstra a correlação que se pode estabelecer entre a organização das profissões e o processo de formação do Estado (Johnson, 1982: 186-208). Acima de tudo, ele se inscreve numa representação do político como "organização".

Nacionalismo e organização: eis duas noções inseparáveis, que compõem a arquitetura de um regime político. Em uma

obra publicada em 1952, um ano após sua morte, Oliveira Vianna resume o conjunto de seu empreendimento intelectual:

O postulado da preeminência do princípio da *autoridade* sobre o princípio da *liberdade*, que tem sido o *leitmotiv* de toda a minha obra de doutrina política, e o sentimento que me domina, da missão transcendente do Estado em nossa nacionalidade, não me vietam através de teorias estranhas, vieram-me, sim, da observação direta de nosso povo (O. Vianna, 1974: 100).

Esta conclusão retrospectiva conduz à seguinte pergunta: de que modo o nacionalismo e a organização comandam a formação concreta da vida política?

"Observação do povo": eis, mais uma vez, uma invocação ao "realismo", meio pelo qual o poder encontra, em última instância, seu fundamento na unidade latente das massas. Essa observação, porém, permite apenas perceber os elementos de uma "cultura brasileira", mas de forma alguma um sentimento nacional ativo pelo qual o próprio povo se assumisse como nação. Continuava inmensurável a distância entre a unidade pré-política de um povo-matéria e a unidade política que cabe ao poder construir.

A "preeminência do princípio da autoridade" decorre dessa distância. Ela equivale a constatar que, num primeiro momento, a nação se formara distanciada do povo, sem requerer o seu consentimento. Assim sendo, ela toma a forma do Estado nacional. Os discursos dirigidos à nação brasileira não se confundem com os discursos para a nação alemã. Fichte declara:

A pátria e o povo, como representantes e garantias da eternidade terrestre, como aquilo que, aqui embaixo, pode ser eterno, ultrapassando de muito a noção de Estado no sentido corrente da palavra, isto é, a ordem social tal como se exprime na concepção clara que dela temos e tal como se estabelece e se mantém em conformidade com esta idéia (...). O patriotismo deve justamente dominar o próprio Estado, como sua instância superior, última e independente, limitando-o na escolha dos meios em vista de seu objetivo primordial: a paz interior (Fichte, 1952: 173).

No Brasil, estava absolutamente fora de questão um patriotismo que prevalecesse sobre o Estado. Ao contrário, o Estado nacional deveria criar as condições para o sentimento nacional.

Disso não resulta que o Estado não tivesse limites na expressão da sua autoridade: a "organização" desempenhava

o papel de limite. Ela é a presença da sociedade dentro do Estado e do Estado dentro da sociedade. Essa interpenetração não se realizava da mesma forma, segundo se tratasse das massas ou dos componentes articulados da sociedade. No primeiro caso, o Estado devia "civilizar" e "enquadrar": o autoritarismo era uma resposta a uma demanda tácita do povo, desejo de que lhe dessem uma imagem de sua unidade. Francisco Campos, autor da Constituição do Estado Novo, considerava que "não há hoje um povo que não clame por um César" (Campos, 1940a: 222) e, a propósito do novo regime, afirma: "A ideologia do novo regime é extraída das realidades brasileiras (...) Sendo autoritário, por definição e por conteúdo, o Estado Novo não contraria entretanto a índole brasileira" (ibid.: 68, 71). A "organização" era, assim, o vínculo sem mediação do Estado com o povo, vínculo que confere ao Estado a propriedade de ser um "Estado nacional e popular" (citado por Medeiros, 1978: 27) e, ao povo, a de estar inserido na nação. Neste segundo caso, o corporativismo se traduz por redes institucionais, através das quais os interesses múltiplos se articulam por meio dos conselhos técnicos e as elites mais diversas encontram meios de coexistir na esfera do Estado.

Na verdade, a "organização" é também a consagração do Estado de "compromisso", que não é tanto o resultado de uma "crise hegemônica" ou de um equilíbrio instável entre frações sociais de interesses antagonísticos (Weffort, 1965a: 58), mas a expressão de uma estratégia de reconhecimento de novos interesses sem prejuízo dos antigos, de promoção de um intervencionismo que se superpõe sem auitos aos mecanismos capitalistas (Schmitter, 1971).

Finalmente, a "organização" é a negação da democracia política: recusa a tudo que seja divisão política, manifestada pelos partidos ou pelos clãs; recusa a própria política na medida em que, transformando-se em um fim em si mesma, ela se desliga da realidade, consagrando-se às falsas aparências.

A ambivalência realista corresponde, assim, a ambivalência política. Autoritários ou não, os intelectuais não podiam abster-se de conferir um conteúdo político à sua missão nacional. Geralmente, porém, obstinavam-se numa negação feroz do fenômeno político a pretexto de uma política "objetiva" e "administrativa". Daí a perpétua contradição entre "realismo" e voluntarismo construtivista. Contra a política, apelavam

para a "realidade" e sua unidade subjacente; contra a realidade e sua fragmentação amorfa, apelavam para a formação de uma organização social sob a égide do Estado. Nesse vaivem, conseguiam seus benefícios: advogados da realidade junto aos governantes, eram, por outro lado, porta-vozes da organização junto à sociedade. Mas em suas evoluções através dos marcos da nacionalidade brasileira, redescobriam sem cessar um ponto fixo que os orientava: não um caráter nacional difundido diretamente pelo solo, pelo clima, pela raça ou pela cultura, pronto a ser colhido, mas um Estado a que bastaria apenas desempoeirar, após as horas enfadonhas da República.

Diversamente de seus sucessores dos anos 50-60, esses intelectuais não se adornavam com o título de "ideólogos"; o realismo assim o exigia, mas também o cientificismo, a fé religiosa e a confiança no Estado para administração da coisa pública. Herdeiros do positivismo e do evolucionismo, acreditavam no valor dos mitos à maneira de Sorel, mas nutriam uma inimigade exagerada ao Iluminismo, para se entregarem às alegrias da ideologia.

Raramente, contudo, haverá intelectuais empenhados com tamanha tenacidade e convicção na elaboração de receitas para ordenação do social. Seria muito apressado, porém, atribuí-los a paternidade efetiva das transformações posteriores a 1930. Simplesmente estavam sintonizados na mesma faixa que muitos outros setores, civis e militares, que, inspirando-se em representações idênticas, pareciam pôr em ação as teorias intelectuais e dar-lhes um reconhecimento social.

Da teoria ao engajamento político

A partir de 1920, o engajamento dos intelectuais não se reduziu a exaltar o "caráter brasileiro", nem a construir no papel novas instituições. Expressa-se também, em muitas ocasiões, pela filiação aos partidos políticos locais. Assim aconteceu em São Paulo, onde se encontravam tanto nas fileiras do Partido Democrático (PD), fundado em 1926 e atuando em prol da ampliação dos direitos políticos, como no Partido Republicano Paulista (PRP), situado dentro da corrente oligárquica. Mário de Andrade militou no primeiro, onde exerceu forte influência; Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Oswald

de Andrade estiveram no segundo. Na maioria dos outros Estados, defrontavam-se com a existência de partidos inclinados a exercer o monopólio da representação regional; isto, porém, não os impedia de se inscreverem, por vezes, em seus quadros, e de tomar parte ativa da política local. Em Minas Gerais — que se vangloriava de uma cultura política privilegiando a moderação, a estabilidade e a conciliação (L. L. Oliveira, 1982: 519-22), o jurista Francisco Campos ocupava, antes da Revolução de 1930, a função de secretário do Interior. Consumada a Revolução, foi sucedido por Gustavo Capanema, que começara sua carreira como professor numa Escola Normal e chegaria, alguns anos depois, ao posto-chave de ministro da Educação do Estado Novo. Escritores como Carlos Drummond de Andrade e Martins de Almeida exaltavam em *A Revista*, publicada em Belo Horizonte, um regionalismo que, no caso, constituía apenas uma manifestação de nacionalismo. Carlos Drummond de Andrade foi redator-chefe de *O Diário de Minas*, jornal do Partido Republicano²⁴. Afonso Arinos de Mello Franco, descendente de uma família aristocrática e jurista por formação, que se tornaria mais tarde um político de primeiro plano, recebeu em Minas o legado da tradição católica, que iria impregnar as suas primeiras obras (A. Camargo, 1983). Esses exemplos mostram que os intelectuais, no final dos anos 20, manifestavam a vontade de participar diretamente nas lutas políticas.

A predominância do antiliberalismo e a desconfiança em relação às elites econômicas encontravam, porém, inúmeros argumentos no contexto nacional. A justaposição de partidos regionais mantidos sob a dependência de líderes tradicionais e de coronéis não favorecia que se assumisse o imperativo nacional. A "política dos governadores" oferecia o espetáculo de transações pouco ciosas dos procedimentos democráticos. A transferência da "política do café" para as mãos de grupos financeiros estrangeiros em nada lisonjeava a dignidade nacional. O comportamento túbio da burguesia nacional, ao abrigo de uma proteção vigorosa, não indicava que houvesse um grande projeto industrial. A invasão de São Paulo pelos imigrantes estrangeiros chocava os valores aristocráticos. A "questão social" continuava sem solução, embora não se deva exagerar

²⁴ Sobre os intelectuais de Minas, além do artigo de L. L. Oliveira, consultar Schwartzman, Bousquet Bonamy e Ribeiro Costa (1984).

o seu perigo. O movimento operário se enfraquecera após as importantes manifestações de 1919, e é necessária toda a imaginação dos historiadores agora voltados a resgatar a "história dos vencidos" para supor que a Revolução de 1930 tenha trazido vantagens para o "proletariado"²⁵. Difundiu-se, porém, a convicção de que a abolição da escravatura não foi acompanhada de medidas para enquadrar a população rural, e que a imigração descontrolada criou nas cidades uma perigosa massa pouco disposta a se "abrasileirar". Todo esse contexto, intencionalmente resumido em breves traços, fez com que as novas idéias parecessem não somente um resultado das humilhações infligidas pela República aos intelectuais, em decorrência da sua subordinação, mas também como expressão de um sentimento geral de crise. Essa jovem república parecia a todos precocemente envelhecida.

Estes fatores não bastam, porém, para explicar o destaque social que irão alcançar os intelectuais. Dois outros elementos ainda devem ser considerados.

Primeiro, a coincidência com as posições assumidas por uma fração considerável das elites políticas e militares, que consideraram o positivismo e outras doutrinas de organização social não tanto como "idéias" mas como princípios que sustentam práticas políticas. A crença dos intelectuais na onipotência das idéias era corroborada pela concretização delas, que há décadas os homens de ação e de governo pretendiam fazer.

Em seguida, o reconhecimento dado pelo regime de 30 ao papel dos intelectuais na "redescoberta do Brasil" e na construção científica da identidade brasileira. Esse regime não estava menos propenso ao "realismo" do que os pensadores sociais, isto é, necessitava destes para fazer a teoria dessa realidade e tomar parte no desenvolvimento da propaganda nacionalista.

Esses dois elementos são essenciais para se interpretar a posição social atribuída aos intelectuais e as interferências entre o campo intelectual e o campo político. Muitos intelectuais colocavam-se, perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado; constatamos que a recíproca era verdadeira. O Estado, apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorria aos intelectuais para alcançá-la.

²⁵ Tese defendida por Edgar Salvadori de Decca (Decca, 1981).

Daí não se conclui que todos os intelectuais aprovassem o novo regime, e menos ainda sua expressão como Estado Novo. Tornaram-se, mais do que nunca, politicamente engajados em sua maioria, mas segundo modalidades muito diversas e, às vezes, em campos opostos. A última seção deste capítulo se concentrará na análise dessas formas de intervenção política.

A coincidência entre os intelectuais e certas elites civis e militares

Getúlio Vargas, vencido nas eleições presidenciais de 1930 e vencedor na revolta que se seguiu, representava a tradição política do Rio Grande do Sul, toda ela formada sob o signo de um certo positivismo. Os tenentes e muitos outros membros da hierarquia militar também estavam marcados, em graus diversos, pelo espírito positivista.

O positivismo do Rio Grande do Sul tinha pouco a ver com o apostolado positivista do Rio de Janeiro, e com o "positivismo esclarecido" que pregavam homens como Luís Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa ou ainda Aarão Reis, um dos teóricos do intervencionismo econômico. Buscava, em primeiro lugar, justificar a consolidação de um poder forte, e não representativo. Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul de 1891 a 1898, foi o iniciador desse positivismo de braço forte; e Antônio Augusto Borges de Medeiros, o seu continuador de 1898 a 1928, mantendo-se continuamente no governo do Estado durante vinte e cinco anos, e através de posto entre os anos 1908-1913. Getúlio Vargas, que galgou ao governo do Rio Grande do Sul em 1928 com o apoio de Borges de Medeiros, filiava-se, por sua vez, à linha "castilhista".

Para todos eles, políticos pragmáticos, avessos às elaborações teóricas, o apelo ao positivismo se destinava a legitimar a rejeição aos sistemas representativos e o horror ao parlamentarismo. O positivismo não servia absolutamente para promover o desenvolvimento moral do povo — embora Borges de Medeiros não deixasse de salientar, por vezes, essa necessidade —, não convergia para uma separação entre o poder espiritual e o poder temporal, não abria espaço à afirmação da liberdade de expressão. Mas além da negação da representatividade, implicava, no mínimo, três princípios: o questionamento do indivi-

dualismo, o caráter científico do poder e a superioridade do bem comum sobre os interesses particulares, todos os três a serviço de uma organização explicitamente autoritária da sociedade. O positivismo de Castilhos antecipava, em todos esses pontos, as teses dos pensadores autoritários. Basta citar um de seus balanços:

A completa reorganização política e administrativa do Estado, moldada de harmonia com o bem público, e subordinada à fecunda divisa de *conservar melhorando*; a sua prosperidade natural, atestada pelas inúmeras obras postas em execução e por outros tantos faros auspiciosos; o crescente desenvolvimento das indústrias (...); a sua progressiva educação cívica, em que se fortalece o ininterrupto aperfeiçoamento moral deste povo glorioso; tudo isto resume a brilhante atualidade do Rio Grande do Sul (citado por R. V. Rodrigues, 1982: 29).

Ou ainda este comentário de um contemporâneo a propósito da visão castilhista do povo:

O pobre povo (...) só aspira a que o deixem viver em paz, com as parcelas de autonomia que a organização social lhe permite para a harmonia possível entre a liberdade individual e a autoridade constituída (Britto, 1908: 48-9, citado por R. V. Rodrigues, 1982: 30).

Mais tarde o positivismo castilhista irá se colocar cada vez mais sob a égide do "apelo aos conservadores", lançado por Augusto Comte em 1855. Apelo evidentemente desviado de seu sentido: da "ditadura republicana" preconizada pelo mestre foi eliminado tudo o que mantivesse a autonomia do poder espiritual; do elogio ao "conservadorismo" foi omitido, pelo menos até 1930, o fato de que o termo "conservador" designava o mundo do trabalho, o dos empresários e operários²⁶. Restava a ditadura e o conservadorismo, sob a forma de uma escolha imutável em favor da ordem. Isto é, em favor da "ordem castilhista", referência permanente de seus sucessores, em favor da ordem em si. Prova disto foi a condenação, em 1922, da primeira revolta tenentista do Forte de Copacabana, formulada, com aprovação de Borges de Medeiros, por Lindolfo Collor, futuro ministro do Trabalho do governo provisório de Getúlio Vargas de 1930;

Inabaláveis no nosso posto de convicção, não poupamos, dentro da ordem, o último esforço pela integridade da constituição e pela moralidade do regime.

²⁶ Confrontar os comentários de C. Nicolet (Nicolet, 1982: 214).

Para a desordem civil não contribuirá o Rio Grande do Sul [...]. *Dentro da ordem sempre, nunca pela desordem*, parta de onde partir, tenda para onde tender, esse é o nosso lema, supremo e irrevogável (citado por R. V. Rodrigues, 1982: 70).

O peso do Rio Grande do Sul dentro da Federação implicava, por si só, que o modelo de organização positivista estava sempre disponível como uma alternativa concreta às instituições liberais. De resto, a vontade de consolidar o poder executivo por parte dos presidentes da Federação entre 1891 e 1902 se enraizava num aspecto do positivismo. Outro discípulo de Júlio de Castilhos, José Gomes Pinheiro Machado, encarregou-se, nos anos 1890-1915, enquanto senador, de intervir, em nome desse modelo, no plano nacional. Quando da eleição do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República em 1910, contra o civilista Rui Barbosa, ele contribuiu para que "os interesses supremos da nação" e o "bem público" entrassem na linguagem política da Federação como um freio à expressão dos regionalismos oligárquicos (ibid.: 40). Conduzido ao poder em 1930, Getúlio Vargas logo transforma essa linguagem — e com que estardalhaço! — em linguagem oficial. Em 1931 já proclamava:

A época é das assembleias especializadas, dos conselhos técnicos integrados à administração. O Estado puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação (...). A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinónimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradoras da administração pública (citado por Paim, 1979: 66).

Esse desvio pelo Rio Grande do Sul, Estado que era o principal ponto de apoio da Revolução de 1930, indicava que o esquema de "organização da nação" no quadro de uma "dita-dura republicana" baseava-se numa tradição política. Dando-lhe uma nova consistência, os intelectuais não inventavam um imaginário político inédito: apenas recolhiam, acrescentando-lhes outros ingredientes, concepções já utilizadas para justificar certas práticas de governo.

O Rio Grande do Sul era também, junto com o Distrito Federal do Rio de Janeiro, o Estado onde se sediavam permanentemente as forças militares mais importantes: em 1920,

quase 22% dos efetivos militares do Brasil estavam ali concentrados. Ora, as Forças Armadas constituíam um dos centros de incubação de um nacionalismo cada vez mais ameaçador para a República.

A irradiação do positivismo já não era tão grande. Triunfando na Escola Militar da Praia Vermelha em fins do século XIX, ligado à influência do ensino, de conteúdo muito mais civil do que militar, segundo as idéias de Benjamin Constant, perdia terreno à medida que progredia a profissionalização militar, sob influência alemã durante alguns anos, e sob influência francesa a partir de 1920. Isso não impediu que — sob diversas formas que dependem dos níveis hierárquicos, da consolidação das instituições militares e do ressurgimento do tema do soldado-cidadão — as Forças Armadas, e sobretudo o Exército, assumissem a noção de imperativo nacional e se associassem ao projeto de fortalecimento do Estado Nacional.

Em diversas oportunidades, já fizemos alusão aos tenentes e às suas revoltas ocorridas após 1922. Convém não superestimar as repercussões imediatas desses movimentos. Eles demonstravam, em larga medida, uma impaciência diante dos gargalos de estrangulamento que retardavam a passagem aos níveis superiores: em 1920, os tenentes representavam 64% dos oficiais do Exército (Carvalho, 1977: 206). Contribuíram, entretanto, para reabilitar a ideologia do "soldado-cidadão". Juarez Távora, uma de suas figuras mais prestigiosas, que se tornaria o grande líder político do Nordeste após 1930, declarou a respeito disso que "a Força Armada é hoje parte integrante do povo, de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna" (ibid.: 211). Quanto ao restante, somente a crítica às instituições liberais unia os elementos envolvidos nessas revoltas. Isto seria percebido após a vitória da Revolução de 1930, quando alguns deles ascenderam a postos de responsabilidade no novo regime; outros foram levados a se expressar fora das instituições militares, através de organizações como o "Clube 3 de Outubro"; outros ainda evoluíram para o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sendo eliminados das fileiras do Exército.

Mais decisiva na década de 20, sem dúvida, foi a opção de certos chefes militares de atribuir uma função "moderadora" às instituições militares, conciliando a profissionalização e

a politização. Formulada em especial por Bertholdo Klinger, um dos arífices da modernização das Forças Armadas, e pela revista *A Defesa Nacional*, essa função conferia ao Exército, composto de cidadãos-soldados, uma vocação estabilizadora: "o Exército deve estar preparado para seu papel conservador e estabilizador", afirma essa revista (ibid.: 213). Góis Monteiro — que, juntamente com o general Dutra, viria a ser o verdadeiro chefe da corporação militar após 1930 e sob o Estado Novo — era partidário dessa posição ao escrever:

Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com esse caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade (ibid.: 214).

Impor o reconhecimento da instituição militar — pela qual passavam, em princípio, todos os cidadãos, desde a decretação do serviço militar obrigatório em 1916²⁷ — como responsável pela "nacionalidade", e assim, como chave-mestra do Estado, esse será o objetivo de Góis Monteiro e Dutra após 1930. De um lado, a "despolitização" interna do Exército (Carvalho, 1982: 193-223) e, de outro, a atuação política em prol da ruptura com o sistema parlamentar e a instalação do Estado Novo: eis os seus principais componentes. Tudo isso não sem conflitos internos: entre os chefes militares (uma parte do Exército e o general Klinger solidarizaram-se em 1932 com a Revolução paulista contra o regime), entre os chefes e os jovens oficiais, entre os militares de alta patente e os suboficiais, entre os partidários do regime e a esquerda militar radical e reformista, com tudo que esses conflitos supunham de sucessivos expurgos (ibid.).

Esses sobressaltos e transformações repercutiram sobre a orientação política de numerosos intelectuais.

Desde a criação da Liga de Defesa Nacional, ficara claro que a tarefa fundamental de educação do povo requeria a colaboração entre civis e militares. Em *A Revolução de 1930: a finalidade política do Exército*, Góis Monteiro considera a educação do povo como largamente dependente das Forças Armadas. No Conselho Nacional de Educação, criado em 1930, Isáias Alves, futuro secretário de Educação do Estado da Bahia, pon-

²⁷ Na realidade, as classes médias e superiores conseguiram escapar ao serviço militar obrigatório pelo menos até os anos 40.

dera que "competem ao Exército inspirar os novos programas de formação nacional" (Baía Horta, 1985: 217). O antigo interventor do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, propõe, por sua vez, "fazer penetrar, desde a escola primária até o ápice da Universidade, as palavras de ordem inscritas nas casernas" (ibid.: 221). Não faltavam intelectuais dispostos a aprovar essas sugestões e até a colaborar com o que já despretava como uma "doutrina de segurança nacional". Assim, em 1939, o importante educador Lourenço Filho destacou "a necessária coordenação entre a política de segurança e a política de educação (...). pois, no fundo, trata-se de uma única e mesma política: a dos mais profundos interesses da nação" (ibid.: 231).

A convivência ultrapassava o domínio da educação: muitas vezes se estendia até a definição do poder e da organização social. Azevedo Amaral julgava que "o Poder Judiciário Federal e as Forças Armadas eram essencialmente os dois órgãos de articulação e de coesão das unidades federativas no todo constituído da nacionalidade" (Azevedo Amaral, 1938: 47-8). Após a dissolução do integralismo em 1938, Plínio Salgado colocou "sob a égide do Exército (...)" a grande massa civil, nacionalista, espiritualista, anticomunista, arrebatada por uma incomparável mística da pátria" (citado por Medeiros, 1978: 507). Entre os próprios comunistas, após a adesão de Luís Carlos Prestes, numerosos tenentes, com frequência promovidos a postos dirigentes, e vários sargentos (como Gregório Bezerra) afirmavam, quando da formação da ANL, a prioridade das reivindicações nacionalistas: reforçar o poder do Estado, acelerar o desenvolvimento econômico, defender a soberania nacional. Demonstravam assim a influência da mentalidade militar, ao mesmo tempo que visavam a atrair os escalões subalternos em atividade (L. M. Rodrigues, 1981: 396-401).

A aproximação tinha seus limites. Primeiro, é preciso considerar que o regime pós-1930 fazia do anticomunismo um artigo de fé, e da ameaça de conspirações comunistas, o argumento de sua evolução para um Estado plenamente autoritário. Por essa razão, os nacionalistas "progressistas" foram excluídos dos círculos convidados a cooperar na "organização" nacional. Certos adeptos do pensamento autoritário demonstravam reservas diante de uma excessiva militarização da vida política. Por mais pródigo que fosse Oliveira Vianna em seus elogios às Forças Armadas, inúmeras vezes pronunciou-se contra um "exér-

cito deliberante"; em 1935, também Alceu Amoroso Lima inquietou-se com os rumores de uma agitação militar.

Em contraste com essas reservas, porém, outros intelectuais ligados ao regime não hesitaram em comemorar o término da distinção entre poder civil e poder militar, principalmente Azevedo Amaral, que declara:

Uma das extravagâncias das doutrinas liberal-democráticas foi a fragmentação do poder estatal no que se chamava o poder civil e o poder militar. No Estado Novo, semelhante diferenciação torna-se um anacronismo. Não há poder civil, porque a essência do regime envolve o conceito de militarização do Estado, nem há poder militar, porque o Exército integrado na nação é por esse motivo coexistente com a própria estrutura do Estado, de que constitui o elemento dinâmico de afirmação e defesa (Azevedo Amaral, 1940, citado por Schwartzman, Bousquet Boncompagni e Ribeiro Costa, 1984).

Quer se tratasse de "organizar cientificamente" a sociedade ou de colocar o Estado a serviço da "nacionalidade", os intelectuais não faziam mais que formular, a seu turno, o que já fora formulado e praticado por outros grupos sociais. Sua proeminência não decorria necessariamente da audácia de suas sugestões, mas provinha do fato de que se faziam porta-vozes de uma opinião já formada; colocavam-se ao lado de agentes já constituídos, procuravam ocupar, com eles, uma posição de elite à margem das elites oligárquicas tradicionais, e que, também como eles, faziam um jogo seguro, apostando no Estado.

Passado o instante de dúvida sobre a natureza da Revolução, não levaram muito tempo para perceber que haviam de fato ganhar o jogo. Salvo para os comunistas ou similares e os liberais obstinados, o novo regime foi magnânimo. Reservou para os oferecimentos de colaboração intelectual uma acolhida favorável, e mais ainda porque, propenso ao pragmatismo e refratário à mobilização das massas, ganhou dos ideólogos realistas o rótulo de agente de modernização e pacificador social, concentrando aí as suas ambições.

O regime autoritário e o reconhecimento da função dos intelectuais

É preciso frisar de imediato: embora tenha necessitado de sete anos para tornar-se incontestado, esse regime manteve

pulso forte sobre o "espaço público" durante quinze anos. Inclinado ao autoritarismo desde o seu surgimento, por doutrina e por necessidade de se impor sobre as oligarquias regionais; condenado à distensão durante algum tempo, em razão das relações de forças na Assembleia Constituinte convocada em 1934; fortalecido em suas intenções pela tentativa aventureira de revolução desencadeada pelo PCB e pela ANL em 1935; reativando-as plenamente em 1937 com a sua transformação em Estado Novo; liberado da concorrência do movimento integralista em 1938, em consequência de uma ação fracassada das tropas de Plínio Salgado; tentado a alinhar-se com o Eixo, mas bastante prudente para mudar de direção e, finalmente, juntar-se ao campo dos Aliados, manteve até o fim um controle rigoroso sobre a vida política e social do país.

A censura existiu desde os primeiros anos, sendo exercida sem limites com a prorrogação do Estado Novo e a interdição dos partidos políticos. A repressão e a propaganda agiam duramente. O patriotismo era inculcado, seja nas escolas ou nas associações esportivas. Em 1938, Francisco Campos quis criar uma "organização nacional da juventude", de caráter paramilitar, idéia que não iria longe, é verdade, diante das reticências de Capanema, então ministro da Educação. As atividades culturais eram vigiadas. Esses fatos, entre muitos outros, não pareciam evoluir numa direção favorável àqueles intelectuais que não se sentiam atraídos pelas funções de propagandistas ou teóricos do autoritarismo. De resto, conclui um historiador:

O Estado Novo sufocou a vida intelectual, o que já era uma tendência desde a instituição da censura no início dos anos 30, e consagrou a aceitação por Vargas das táticas de repressão contra a dissidência (Levine, 1980: 257).

O ensino representava um dos campos onde foi mais sistemático o esforço do regime para criar a mentalidade do "homem novo"²⁸. Demonstra-o bem a evolução de Francisco Campos, doutor em direito, de um autoritarismo enquanto ministro da Educação e depois da Justiça. Em 1933, ainda considerava o ensino superior como um aprendizado do espírito crítico:

²⁸ A criação de um "homem novo" fez parte da linguagem do *Estado Novo*. Ver Oliveira, Velloso e Castro Gomes (1982).

Se a educação tem por fim transmitir alguma coisa, esta será, necessariamente, a técnica do dissentimento, da dúvida, da controvérsia, da curiosidade, isto é, o processo que torna possível ao espírito humano converter os fatos em verdade (Campos, 1940b: 170).

Em 1936, apresenta ele um julgamento sem apelação sobre a "liberdade de pensamento":

A liberdade de pensamento era, assim, apenas a liberdade para os livre-pensadores, isto é, não para aqueles que pensam livremente, mas que pensam de acordo com uma das ortodoxias consagradas pelo preconceito anti-religioso, o mais supersticioso e o mais fanático de todos os preconceitos (ibid.: 151).

Em 1938 foi a vez do projeto de militarizar a juventude. Nesse processo, os dignitários do regime não eram os únicos em questão. Eles próprios estavam sob vigilância, pois as correntes católicas, aliadas indispensáveis, não desistiam de tentar o restabelecimento do caráter religioso da educação e uma contração mais apropriada dos professores. Essas correntes intervenham diretamente contra dinamizadores do "Movimento da Escola Nova" que, desde os anos 20, preconizavam uma pedagogia inspirada em Dewey, como por exemplo Fernando de Azevedo e sobretudo Anísio Teixeira, que entre 1926 e 1934 se sucederam na direção da Secretaria da Educação do Distrito Federal. Alceu Amoroso Lima atacou encarniçadamente também a Universidade do Rio de Janeiro, idealizada por Anísio Teixeira e inaugurada em 1935 com o concurso de figuras prestigiosas do mundo científico, a ponto de forçar Gustavo Capanema, sucessor de Francisco Campos no Ministério da Educação, a fechar a instituição em 1938 (Schwartzman, Bousquet Bonemy e Ribeiro Costa, 1984: 210-4). Naquela época, Gustavo Capanema lança o projeto para a implantação, no Rio de Janeiro, de uma "Universidade do Brasil", que só comportaria, de início, uma Faculdade Nacional de Filosofia. Ali também, Alceu Amoroso Lima, a quem fora proposta a função de reitor da nova Universidade, se encarrega de, no mínimo, vigiar de perto o "espírito correto" dos professores contratados, inclusive dos solicitados à França.

Entretanto, continuava considerável a distância entre esta ação ideológica e aquela desenvolvida na Itália por Mussolini. Vitoria de Grazia descreveu como os dirigentes fascistas pretendiam, não sem resultados, organizar uma "cultura do consen-

so", pela qual, apesar da destruição do movimento operário e dos sacrifícios econômicos impostos às classes populares, se conquistasse uma sólida base institucional a partir de uma rede de associações que abrangiam a vida de "depois do trabalho" (*dopo-lavoro*) e favoreciam a educação "moral" e "intelectual" de seus membros (Grazia, 1981). O regime de Getúlio Vargas, mesmo durante o Estado Novo, visava a um autoritarismo desmobilizador, e mostrava-se mais vacilante que resolutivo em suas iniciativas para formar organizações de massa. A razão dessa prudência residia, parcialmente, na dificuldade em atingir um povo ainda considerado alheio à civilização. Mas se relaciona também com a preocupação de conciliar tendências diversas entre os simpatizantes do regime, dos quais nem todos estavam dispostos a completar o salto para um regime totalitário, pois não acreditavam ser isto possível; vinculava-se também à intenção de cooptar os intelectuais, mesmo os reticentes para com o autoritarismo.

O projeto do regime pretendia-se mais "cultural" do que mobilizador, e a definição do "cultural" confundia-se amplamente com a dos intelectuais. Trata-se de construir o "sentido da nacionalidade", de retornar às "raízes do Brasil", de forjar uma "unidade cultural". É sempre evidente, para os responsáveis pelo assunto no regime, que "cultura" e "política" são dois termos inseparáveis e que cabe a eles fundi-los no quadro do nacionalismo. Almir de Andrade, encarregado da formulação dessa noção de cultura, enquanto diretor da revista *Cultura Política*, criada em 1937, assim escreve:

Entre a cultura e a política há um traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum (L. L. Oliveira, Velloso e Castro Gomes, 1982: 34).

Sobre a nação, afirma que ela "representa o espírito de uma cultura ou de um grupo de culturas" (ibid.: 38). A revista *Cultura Política* faz parte do plano de intervenção cultural constituído em torno do Departamento de Imprensa e de Propaganda (DIP), entregue em 1939 à direção de Lourival Fontes, que publicava também a revista *Ciência Política* e supervisionava o rádio, o cinema, o teatro etc.

Assim, a cultura nacionalista oferecia um terreno de encontro entre os "intelectuais do regime" e os outros. Além disso, não faltavam tentativas de aproximação dirigidas a estes últimos, visando a suscitar uma "cultura de consenso", não no sentido de uma cultura para uso do povo mas sim de uma cultura das elites. Getúlio Vargas não foi o último a elogiar o fim dos "letrados" satisfeitos com sua torre de marfim, assim como dos homens de ação debruçados sobre as tarefas práticas: "Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação", declara ele, e confia à Academia Brasileira de Letras a função de "elevar a vida intelectual do país a um nível superior, dando-lhe uma direção construtiva, força e equilíbrio criador" (ibid.: 34). Almir de Andrade, por sua vez, ressalta a ausência de dogmatismo nos intelectuais brasileiros:

Se há um traço que caracterize a inteligência brasileira, é a sua proverbial facilidade de ajustamento aos progressos do espírito humano (...). Talvez por obra da nossa enorme plasticidade mental, que nunca se paralisa em idéias intrínsecas (A. de Andrade, 1941: 163).

Na esteira de Getúlio Vargas, regozijava-se porque "a 'idéia' vai se transformando numa *projeção* dinâmica da ação sobre o espírito: a inteligência idealiza vivendo, experimentando, aprendendo, construindo" (ibid.).

A abertura em direção aos intelectuais não ficou sem resposta. Exceto com os "comunistas", as pontes não foram cortadas. É verdade que na revista *Cultura Política* encontram-se as assinaturas de Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, mas também a de Gilberto Freyre, que ali observa "uma verdade [que] o menos apologético dos observadores deve reconhecer", isto é:

Com o atual Presidente, a base do governo — de sua técnica — deslocou-se da pura interpretação política dos problemas, acompanhada de soluções ou tentativas de soluções apenas financeiras e jurídicas, para lançar o Brasil em busca de novas bases para as técnicas de governo e de administração: sociais, e principalmente sociológicas e econômicas (Freyre, 1941: 32).

Na revista escreve também Guerreiro Ramos que, por gosto pelo paradoxo, contrasta "o caráter burguês, reacionário da massa, e o caráter revolucionário da elite, por mais que isto possa parecer paradoxal aos corifeus da teoria marxista da histó-

ria" (Ramos, 1941: 285). Contam-se ainda entre os colaboradores Vieira Pinto e Graciliano Ramos, que nela descreveu principalmente os modos de vida do Nordeste; Nelson Werneck Sodré, oficial graduado e futuro teórico do Partido Comunista, que nela faz o balanço da consolidação nacional, possibilitada pelo fato de que "o eixo político se assinala como dotado de uma capacidade nova de afirmação e de projeção, sobre o todo nacional, com novas possibilidades de agir e de imantar". Conclui daí:

Seremos capazes de conjugar interesses e de articular tendências, de forma a constituir uma comunidade nacional, em que o problema da unidade se estabeleça em linhas precisas, para maior valor de nossa gente e constante desdobramento do Brasil (Sodré, 1941: 120).

Muitos outros nomes colaboraram na revista.

Em torno do ministro da Educação, Gustavo Capanema, também gravitavam numerosos intelectuais que não pertenciam à esfera de influência autônoma, começando por Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de Gabinete, poeta que, após 1945, seria por algum tempo simpatizante do Partido Comunista. Ali atuou também Augusto Meyer, profundo conhecedor da literatura estrangeira, nomeado Diretor do Instituto Nacional do Livro. Capanema contratou Le Corbusier e Oscar Niemeyer para construir uma nova sede para o Ministério, que seria um Palácio da Cultura. Ofereceu a Mário de Andrade a direção do Departamento de Teatros em 1938, e o fez participar do Instituto Nacional do Livro. Em 1935, esforçou-se — sem obter resultados, devido ao veto de Alcui Amoroso Lima — para confiar a Fernando de Azevedo a direção nacional da educação. Por intermédio de Carlos Drummond de Andrade, apoiou vários artistas modernistas (Schwartzman, Bousquet Bonemy e Ribeiro Costa, 1984: 80-9). Essas aproximações não significam, necessariamente, que os intelectuais tivessem perdido toda a independência. Escreve Antônio Cândido:

Carlos Drummond de Andrade "serviu" o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela de sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que as suas idéias contrárias eram parentes e foi como membro do Gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do povo* (Cândido, 1979: XII).

É, portanto, reconhecido, tanto pelos contemporâneos como pelos historiadores, que o regime de Getúlio Vargas, até mesmo durante o Estado Novo, preservou para os intelectuais, e para os que estavam a seu serviço, uma ampla liberdade de criação.

Não nos contentávamos em explicar essa situação somente por uma espécie de *modus vivendi* entre pessoas de boa família, ou pela preservação das redes, tão importantes, das relações particulares. Não que se devam ignorar esses fatos: além da solidiedade devida à posse de um "capital" familiar e cultural, destacadas por Sérgio Miceli, há a marca das experiências comuns. Exemplo disto é a participação na Semana de Arte Moderna, assim como os anos de formação nas diversas capitais regionais, que permitiram o encontro, por exemplo, de Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos e Pedro Nava nos cafés da rua Bahia em Belo Horizonte (Schwartzman, Bousquet Bonamy e Ribeiro Costa, 1984: 23-4). Revela-se, assim, uma socialização intelectual diversificada, de onde emergia uma "esfera pública" amplamente articulada com circuitos privados de comunicação e com princípios de hierarquização interna, considerando-se a densidade das relações com as outras elites da sociedade (Habermas, 1968). Florestan Fernandes, que provinha de uma origem muito distante desses círculos ilustres e se consagrou graças a uma carreira "meritocrática" excepcional, só poderia ressentir-se profundamente do peso das convivências sociais: nos anos 30-40, constata ele, "a liberdade de divergência existia ou era tolerada porque ele [o intelectual] era parte da elite" (Fernandes, 1975a: 26). O regime sabia não só acolher os intelectuais rebeldes, mas também ao se referir a eles, manter uma linguagem que evitasse as rupturas definitivas. Afinal, passados os primeiros momentos do Estado Novo, Vargas se gabava de ter estabelecido no Brasil a "verdadeira" democracia, que não seria a dos parlamentos mas a que "atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras" (Vargas, 1941: 158).

É preciso, assim, avaliar a contribuição do regime à posição social dos intelectuais.

O Estado lhes reconhecia a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional. O Estado e

os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma "ideologia de Estado", o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo "intelectual". Além disso, o Estado não conhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais. Vale dizer que o Estado atribuía, de fato, três papéis complementares aos intelectuais: concorrer para a definição das finalidades da ação política, expressar a presença da sociedade civil e dar o exemplo de um ator social coletivo. No discurso teórico daquele momento, esses três papéis foram interpretados também como três atributos: definir o que fundamenta a unidade social e o que se relaciona ao ato transformador; revelar a realidade; formar uma corporação que assumisse o interesse geral, acima das corporações encarregadas dos interesses específicos. Mais ainda: uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão — a de se adaptar às leis que presidem à evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais —, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos "intelectuais" o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos.

O regime, porém, acarreta outra consequência. Por intermédio do DIP e de outras organizações, penetra em todas as atividades culturais, cinema, teatro, literatura etc. Também nesse aspecto, ultrapassa o simples projeto de controle ideológico. Juntamente com a criação de associações profissionais, esse era o esboço de um sistema onde os intelectuais são incitados a voltar-se para o Estado a fim de obter apoio e recursos em nome da defesa da "cultura nacional", e onde, com toda a naturalidade, julgavam — como Villa-Lobos em relação ao canto coral — que os investimentos nessa cultura eram uma "questão de Estado".

Por mais desejoso que estivesse o regime de inculcar o patriotismo e "a doutrina de Estado" (Vargas, 1938), ele permaneceu, afinal, reservado quanto aos excessos de ideologia e de controle. Já vacilava quando se tratava de militarizar a juven-

tude²⁹. Com mais razão se preocupava em deixar um espaço para uso dos intelectuais que, em sua aspiração à brasilidade, se pusessem, por iniciativa própria, a serviço da reconstrução do Brasil.

"O Estado Novo é o Estado brasileiro, segundo as tradições brasileiras, orientado no sentido das nossas realidades", declara Getúlio Vargas em agosto de 1939 (Vargas, 1943: 61). Esse Estado não surgiu do nada, mas reivindicava sua continuidade com o Estado do século XIX e, mais atrás, com o Estado português. Para se afirmar acima da sociedade, não carecia da "ideologia de Estado" que lhe propunham certos doutrinários³⁰. Por outro lado, necessitava dela para assumir as funções que lhe competiam na nova fase de desenvolvimento e, mais ainda, para dispor de uma representação política que, sob o signo da unidade orgânica, permitisse a substituição da representação democrática pela representação corporativa. "Só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem", afirma ainda Getúlio Vargas (Vargas, 1943: 339). Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis à sua vocação nacional, terão seu lugar garantido nas fileiras do Estado.

Os tipos de engajamento político

Encontramos tipos muito diversificados de relação entre os intelectuais e o regime. Alguns se comportam como ideólogos do autoritarismo, ocupam funções no Estado, colocam seu talento literário ou artístico diretamente a serviço da política oficial. Outros se contentam em aventurar-se por conta própria em busca do Brasil autêntico, lutar para impor temas nacionais, inventar modos brasileiros de expressão e, havendo oportunidade, apresentar sugestões e pedidos aos governantes e ao seu círculo.

Outros, porém, engajam-se resolutamente nas associações, movimentos e ligas que proliferam após 1930. Durante algum

²⁹ Fazemos alusão ao fracasso do projeto de militarização da juventude proposto por Francisco Campos.

³⁰ Conforme comenta Celso Furtado, observando que a noção de "ideologia de Estado" de Bolívar Lamounier pode levar a crer que o Estado centralizado só tivesse surgido após 1930 (Furtado, 1983: 370).

tempo, o ativismo foi proporcional à incerteza sobre as verdadeiras orientações do governo provisório. Ele se apodera dos participantes da Revolução: tenentes, líderes políticos, chefes locais. Foi a hora das legiões revolucionárias em São Paulo, Minas Gerais, Ceará e outros locais, sob a direção de tenentes ou de doutrinários como Francisco Campos; do Clube 3 de Outubro, pedra de toque de outros clubes pelos quais os tenentes desejavam conquistar a opinião pública e acertar suas próprias divergências; hora dos conflitos entre os políticos tradicionais e os novatos, cuja profundidade foi atestada pela Revolução paulista de 1932. O ativismo conquistou também os intelectuais, de maior ou menor envergadura, católicos, reacionários ou revolucionários, que aderiram às Legiões, fundaram centros, desencadearam movimentos e sonharam com a tomada do poder.

Foi espetacular a mobilização de que participaram essas diversas categorias de intelectuais. Um exemplo foi a Legião do Ceará, liderada por um militar, mas reforçada pela participação dessas "novas camadas". Outro ainda, a AIB, que, sob o comando de Plínio Salgado, transformou-se, em poucos anos, numa imensa organização: no seu auge, em 1936, contava com mais de um milhão de afiliados, 3.000 centros espalhados por todo o país, 123 semanários, numerosos centros de estudos e mais de 1.000 escolas primárias (Chauí e Carvalho Franco, 1978: 102). Fenômeno extraordinário: nenhum outro país da América Latina conheceu um surto fascista de tamanha amplitude, e nenhum outro movimento fascista encontrou semelhante acolhida entre os intelectuais, profissionais liberais e estudantes (Trindade, 1979).

Na esquerda, também o Partido Comunista, no momento da ANL, conseguiu recrutar vastos contingentes, inclusive muitos membros das camadas cultas. Outros pequenos grupos, trotskistas ou socialistas, manifestariam a resistência das minorias intelectuais contra o Estado autoritário.

Enfim, numerosos intelectuais liberais mantiveram uma oposição surda ou declarada, sobretudo nas universidades e faculdades de Direito.

Esses intelectuais, tão desafiadores em relação aos antigos partidos políticos, via de regra tão desdenhosos em relação ao liberalismo político, estavam longe, portanto, de se limitar à

teorização política. Militavam, agiam, fomentavam planos e complotos. Foram exceções os que escaparam dessa política que, tão frequentemente, desejavam apolítica. Em muitos casos, situaram-se à direita, à extrema direita. A partir de 1938, a efervescência tende a declinar, mas os vários tipos de engajamento deixam seus vestígios. Mais tarde os conteúdos poderiam se modificar, e até se inverter. Os estilos, porém, permanecem, no que tange à posição dos intelectuais em relação à nação e ao povo e também às interferências entre o campo intelectual e o campo político.

Esses estilos remetem sobretudo às formas de colocação individual na política. Nesse aspecto, duas variáveis estavam em discussão: ou a inserção se originava de uma opção pessoal, ou de um sentimento de pertencer, junto a outros, a uma categoria social ou profissional; pode valer-se de um capital cultural, de um sentido da missão "cultural", ou de uma vocação diretamente política. Por outro lado, os estilos estavam ligados a uma concepção da ação social: seja no caso de privilegiar a constituição de uma ordem, sendo portanto essencialmente desmobilizadora, ou no de remeter à intervenção das "massas", pretendendo-se então mobilizadora. Os estilos estavam também associados à imagem da unidade nacional, que ora apelava aos sentimentos e à religiosidade, ora repousava sobre uma visão laica e política do povo, ora se referia à criação de mecanismos reguladores e organizadores. Estavam, por fim, relacionados ao lugar atribuído aos antagonismos internos da sociedade, às vezes erigidos em dados fundamentais, outras vezes simplesmente ignorados. São dimensões diferentes, que rompem com as visões excessivamente homogêneas sobre os intelectuais.

Essa variedade de estilos é patente entre os intelectuais que já mencionamos. Oliveira Vianna, seguro de sua competência em antropologia cultural, distanciado da sensibilidade católica, adepto entusiasta do corporativismo e contratado como especialista no Ministério do Trabalho de 1932 a 1940, colocava-se ao lado do autoritarismo desmobilizador³¹. Alceu Amoroso Lima, preocupado em restaurar a identidade cristã do Brasil, baseava suas intervenções no sentimento religioso e, segundo o momento, hesitava entre um projeto desmobilizador e um projeto mobilizador. Otávio de Faria procurou uma trajetória

³¹ Segundo a expressão de Michel Debrun (Debrun, 1983: 17).

pessoal que, apesar de sua visão religiosa da política — ou por causa dela —, o manteve afastado do integralismo e o levou a afastar-se do Estado autoritário. Azevedo Amaral, que era antes de tudo um jornalista, mostrava-se, por sua obsessão pela industrialização, como um representante daqueles tecnocratas autoritários cujo papel seria decisivo.

Se nos parece indispensável examinar os que se engajaram no integralismo, na ANL e na oposição "liberal", não é apenas em razão do impacto dessas correntes durante esse período mas também porque elas delinearam formas de politização e produziram efeitos cujos efeitos se prolongariam bem além do Estado Novo. As simpatias populistas dos anos 60, como também os debates da década de 70, só são inteligíveis à luz dessa mobilização anterior.

Hélgio Trindade demonstra com provas numéricas que os intelectuais de todos os escalões chegaram a formar uma boa parte dos adeptos do integralismo. No nível de Estado-maior, em primeiro lugar: dos 85 membros da direção nacional e das direções regionais, 62 pertenciam à "média burguesia intelectual", isto é, membros de profissões liberais, escritores, professores universitários, altos funcionários, jornalistas, estudantes; em segundo lugar, na condição de dirigentes e militantes locais, onde essa mesma burguesia intelectual representava 20% dos efetivos (Trindade, 1979). Os dirigentes nacionais e provinciais encontravam-se num processo de mobilidade ascendente, tanto em relação ao nível de instrução quanto à profissão que exerciam, e se declaravam católicos em sua quase totalidade (ibid.: 132-4). Na base, os pequenos funcionários constituíam a categoria profissional mais importante, em torno de 20%. Tratava-se, portanto, de um movimento cuja direção, em larga medida, era exercida por intelectuais e cujo discurso frequentemente se dirigia às classes médias, Aliás, Miguel Reale, um dos principais teóricos integralistas, declara a propósito da classe média: "Essa é a classe que faz a revolução porque é portadora da idéia" (Chauí e Carvalho Franco, 1978: 54). O que levou Marielena Chauí — fiel, nesse aspecto, à tradição brasileira de desprezo por esses setores — a frisar que o radicalismo destes não se traduzia num "projeto político autônomo", observação que, nesse caso, não deixa de ser surpreendente (ibid.: 62).

O movimento foi intelectual desde a sua gênese. Plínio Salgado, participante da Semana de Arte Moderna e propagan-

disto do mito tupi, nunca deixava de preocupar-se com a problemática cultural. Em 1931 tornou-se, com Santiago Dantas, responsável pelo jornal *A Razão*, publicado em São Paulo. Revistas de tendência fascista nasciam aqui e ali: no Rio de Janeiro, surgiu a *Hierarquia*, na qual colaboraram futuros integralistas; o próprio Plínio Salgado, Santiago Dantas, Hélio Viana e também dirigentes católicos como Alceu Amoroso Lima, Sobral Pinto, Leonel Franca; aparece também a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, onde se expressavam estudantes da Faculdade de Direito. Em São Paulo aparece a revista *Política*, dirigida por Cândido Motta Filho (Trindade, 1979: 100-2). Em 1932, Plínio Salgado cria em São Paulo a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP); em suas diversas comissões tomaram parte estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, como Alfredo Buzaid, Roland Corbisier, Almeida Sales. Em 7 de outubro de 1932, fracassada a Revolução paulista, foi enfim lançado o primeiro manifesto, assinalando a fundação oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Da mesma forma que na Legião Cearense do Trabalho, formada antes da AIB e que incluía entre os seus membros Dom Hélder Câmara, a referência ao catolicismo foi crucial na produção da linguagem integralista. Já vimos a sedução que esta exercia sobre Alceu Amoroso Lima, secretário da Liga Eleitoral Católica (LEC), que reconheceu:

Havia entre as posições da LEC e o integralismo coincidências de pontos de vista no tocante às reivindicações sociais ou espirituais (...). No meu caso particular devo dizer ainda que me agradava particularmente a ênfase que o integralismo emprestava à sua posição *antiburguesa* (citado por Medeiros, 1978: 227).

Não podemos entrar nos detalhes das posições integralistas, mas apenas destacar algumas tendências marcantes. Primeiro, a insistência sobre a dimensão "espiritualista": conceito que remete ao espiritualismo "inato" do povo, consolidado em contato com as "idéias nítidas de espiritualismo cristão que nos trouxeram os jesuítas" (citado por R. B. de Araújo, 1983). Onde se conclui que toda revolução acontece, antes de mais nada, no interior do homem. "A História", segundo Plínio Salgado, "é a crônica do desenvolvimento e da transformação do espírito dos Povos numa aspiração de perfeibilidade" (Trindade, 1979: 203). No programa de 1937, que pretendia ser a base de "uma nova cultura filosófica e jurídica", o "culto

de Deus, da Pátria e da Família" é citado em primeiro lugar, antes da Unidade Nacional (Chauí e Carvalho Franco, 1978: 103). Esses enunciados merecem maior atenção: implicam a possibilidade de reverter a uma comunidade cristã ancorada na família e sugerem, sobretudo, uma forma de comunicação política resultante da comunhão, na qual o discurso do chefe é sempre a explicitação da espiritualidade implícita do povo. Quando Plínio Salgado escreve: "Quando menos se espera, a idéia nova deixa de pertencer aos seus criadores, aos seus intérpretes e pioneiros, para pertencer a toda a massa popular" (R. B. de Araújo, 1983), aparece nas entrelinhas o que a geração cristã seguinte chamaria de "conscientização". Espiritualismo, povo-comunidade, "conscientização": eis três aspectos do que seria uma das expressões do populismo católico nos anos 60. "Integralismo", não "totalitarismo". A "integridade" é a consideração daquilo que insere o indivíduo num contexto que representa um laço social: família, terra, história etc. É também a primazia da exigência ética pois, em oposição ao Estado autoritário, o Estado integral é, segundo Miguel Reale, aquele que exprime o fato de "que entre o Estado e o indivíduo se verifica uma cessão recíproca de faculdades em prol da realização de fins éticos comuns" e que "o todo não deve absorver as partes (totalitarismo), mas integrar os valores comuns, respeitando os valores específicos e exclusivos (integralismo)" (Trindade, 1979: 224).

A teorização integralista compreende ainda muitas outras teses. Teses mais "européias": o anti-semitismo, com Gustavo Barroso; o corporativismo, com Miguel Reale; a primazia do Estado, ainda com Miguel Reale, nesse aspecto um tanto afastado de Plínio Salgado, cujo catolicismo conduzia antes a um Estado "familiar-corporativo" (ibid.: 218); a organização severamente hierárquica do movimento (prenúncio da sociedade do futuro). Teses mais "brasileiras": um nacionalismo opondo o "camponês e o negro da nossa terra" ao cosmopolitismo; também um nacionalismo explicitamente antiumperialista, presente sobretudo em Miguel Reale, que denuncia "uma força" que não pertence a nação alguma e está acima das nações: o "supercapitalismo financeiro" (ibid.: 214). Assim se delineava o contraste entre a "nação consciente de sua identidade" e tudo aquilo que representava a antinção: o que os ideólogos do ISEB, com frequência originários do integralismo, reinter-

pretariam na linguagem do existencialismo de Frantz Fanon, própria da época.

O surto integralista, como sugere Juan Linz, foi sobretudo expressão de uma juventude em ascensão social, motivada por objetivos culturais e políticos, mais do que por interesses econômicos específicos. Uma parcela de sua amplitude se deve, sem dúvida, à ausência de um partido católico num momento em que a importância dos debates culturais e o despertar católico conduziem à incorporação do fato religioso ao político. Incorporação polissêmica: foi o plano religioso que uniu o tupi ao jesuíta, o homem americano ao português, e que interiorizou, portanto, a exterioridade por via do sentimento. Foi também o que contrabalançou e completou a tendência à racionalização burocrática contida no corporativismo. Foi o que garantiu a ordem social. Em resumo, foi a transcrição da "cordialidade" em termos políticos.³²

Sabe-se que o integralismo terminou na confusão. Acreditando-se chamado a desempenhar um papel importante com a transformação do regime em Estado Novo, mas de fato obrigado a converter-se numa simples "Associação Brasileira de Cultura", em consequência da interdição de todos os partidos políticos da qual esperava escapar, em 1938 o integralismo lançou-se em uma desastrosa tentativa de golpe, cujo único resultado foi a sua dissolução (Carone, 1977: 193-215).

O fracasso desse movimento, que num dado momento pareceria irresistível, remete, sem dúvida, a inúmeras explicações. Quaisquer que fossem as simpatias da Igreja e dos líderes católicos em relação a este, a Igreja, principalmente, e muitos desses líderes estavam atentos para não se deixar envolver em uma luta contra um regime do qual muito obtinham. Seduzindo a massa de pequenos funcionários, o movimento integralista limitava-se a uma concepção abstrata do povo, enquanto desde 1931 Getúlio Vargas vinha lançando as bases do edifício sindical neocorporativista. Pregando um Estado forte, o integralismo nada mais tinha a contribuir desde que se operara a passagem ao Estado Novo. Parece-nos importante destacar, sobretudo, a precariedade do peso dos intelectuais dentro desse movimento.

³² A proposição do tema da cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda, Richard Morse explica que isso não significa que os brasileiros sejam contrários à violência, mas que "sua sociedade resiste à racionalização weberiana" (Morse, 1984).

Os avanços fulminantes da AIB deram provas seguras da capacidade dos intelectuais de suscitar uma forte mobilização. A súbita queda em 1938 prova, contudo, que lhes foi difícil preservar sua autonomia diante do Estado de maneira dura-doura. Afinal, até 1937, era difícil distinguir, em sua ação, o que concorria para a consolidação do getulismo, daquilo que visava a seus próprios fins. Preconizavam um autoritarismo mobilizador, mas, quer se trate do corporativismo ou do Estado integral, sua doutrina se inclinava no sentido de um autoritarismo desmobilizador, o mesmo que o regime construía. Exaltavam o encontro entre a cultura e a política, mas o regime soube, paralelamente a eles, fazer desse encontro um tema essencial de sua propaganda. Traduziram a acumulação de ressentimentos nas camadas que haviam sido humilhadas pela República e, quanto aos paulistas, dos que foram humilhados também pelo novo regime em 1932. O próprio Plínio Salgado apresentou o integralismo como uma consequência dessa derrota:

Subjugada a Revolução paulista em 3 de outubro de 1932, o estado de espírito de depressão e de íntima revolta dos combatentes vencidos logo aflorou num reduzido grupo de brilhantes intelectuais que propunham, não propriamente o separatismo, porém o confederacionismo (...). O momento era dos mais tristes e incertos para a nacionalidade. Tudo era confusão, incerteza, ausência de rumos definidos. Para onde iria a Nação brasileira? O Manifesto Integralista, já impresso, foi nesta data distribuído em São Paulo e remetido para todos os Estados (Trindade, 1979: 124).

Restava pouco desse estado de espírito em 1937. O getulismo centralizava a nação; e também conferia, aos que o desejavam dentre os grandes intelectuais, o reconhecimento simbólico da sua importância social.

Arrisquemos duas hipóteses, inspiradas em certos dados fornecidos por Hélgio Trindade, para dar conta da evolução paralela e separada do integralismo e do regime getulista ao longo de cinco anos.

Primeira hipótese: não reservaria o integralismo uma acolhida melhor aos elementos modestos da média burguesia intelectual, aos que aspiravam a ascender, aos que adquiriram alguma instrução superior, mas estavam longe de alcançar posições de prestígio e, mais ainda, de projetar seu nome pessoal? O regime de Getúlio Vargas reconhecia os maiores nomes, que freqüentemente provinham de famílias ilustres, e acirrava seus

distanciamentos e reservas críticas: isso combinava com seu respeito pelas hierarquias sociais e pelas hierarquias da inteligência. Tinha menos consideração pelos demais, ameaçando-os até mesmo em sua política educacional; pois não prometeu Francisco Campos em 1930, quando ministro da Educação, dar prioridade ao ensino primário? (Campos, 1940b: 119). Ora, as classes médias, obsedadas pela questão do seu *status*, não deixaram, até hoje, de lutar com sucesso para que a expansão do ensino se fizesse no sentido inverso, privilegiando os níveis de ensino que lhes são reservados. No integralismo, com sua ênfase sobre a militância, não teriam eles maiores chances de conseguir-lo? Pois não era Plínio Salgado um dos seus? Não poderíamos esquecer que este intelectual era filho de uma professora de Escola Normal e de um farmacêutico, chefe político do município de São Bento; obrigado a abandonar os estudos na idade de 16 anos pela morte precoce do pai, ocupou diversos empregos menores e se tornou um autodidata.

A segunda hipótese: não abriu o integralismo um amplo espaço para os habitantes do interior, das áreas rurais, que não tinham contato com o Rio de Janeiro nem com São Paulo? A amostra coletada por Héglio Trindade mostra que, do total de militantes do movimento, 51% eram de origem rural; e entre os 20% classificados como pertencendo à "média burguesia intelectual", quase metade era da mesma origem (Trindade, 1979: 141). Além disso, os habitantes rurais tinham farta representação em cada órgão, especialmente na "Câmara dos Quatrocentos". Nesse ponto também, não oferecia o movimento mais oportunidade de subtrair-se às leis da cooptação, visto que a militância era levada em conta? Consultando-se a relação cronológica, organizada por Héglio Trindade, dos municípios onde se instalou o integralismo de 1934 a 1937, constatam-se imediatamente municípios secundários do Paraná e de Alagoas, em seguida de Santa Catarina, Ceará e Espírito Santo, ao lado dos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; em contrapartida, parece tardia e limitada a implantação no Estado de São Paulo (Trindade, 1979: 315-21). Enfim, uma porcentagem muito significativa de militantes de base — que os dados de Héglio Trindade sugerem tratar-se de uma maioria — e uma porcentagem não desprezível de dirigentes nacionais e estaduais

eram de ascendência alemã e italiana³³; essas indicações levam a pensar que, além das simpatias ideológicas com o fascismo de seus países de origem, a AIB ofereceu um canal de participação "nacionalista" peculiar para os filhos de imigrantes à margem do nacionalismo oficial e que, a partir da guerra, serão mantidos sob suspeita.

Por meio do integralismo — cujas relações com a conjuntura sócio-econômica não pretendemos discutir³⁴ — aparece, assim, uma mobilização das classes médias sob a tutela de núcleos intelectuais que, como Plínio Salgado, introduziram, nas fronteiras das teorias do Estado Novo, uma mistura de totalitarismo e misticismo na representação do nacional.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em março de 1935 sob a égide do PCB, oferece outro exemplo de movimento político de envergadura onde intelectuais de perfis diversos desempenharam papel importante e atraíram consideráveis contingentes das classes médias. Essa vasta coalizão — lançada em uma desventura militar que pôs fim, em novembro de 1935, ao que poderia tornar-se uma frente antifascista e popular — permite medir o caráter heteróclito e cambiante da oposição de esquerda. Antigos tenentes, partidários ou não do Partido Comunista, ali tiveram uma influência preponderante; foram eles que, com a aprovação da Internacional Comunista, contribuíram para precipitar uma insurreição armada, à qual esperavam que se aliassem os tenentes da ativa. Seu peso no PCB — do qual Luís Carlos Prestes se tornou o verdadeiro líder após o retorno de Moscou em abril de 1935, embora só assumisse a função de secretário-geral em 1943 — transparece nos múltiplos textos que fazem da Revolta do Forte de Copacabana o ponto de partida para a mobilização revolucionária. Entretanto, através da ANL realizou-se também a consumação da ruptura com o primeiro recrutamento social do PCB, que se fizera entre artesãos e antigos anarquistas. Dentro dos próprios quadros do PCB — que, como a maioria dos outros partidos

³³ As tabelas apresentadas por Héglio Trindade mostram que, especialmente entre os partidários rurais, os filhos de imigrantes alemães e italianos representavam uma larga maioria. O autor observou que talvez houvesse uma deformação em sua amostra, com super-representação da população do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde estão situadas as grandes colônias alemãs e italianas.

³⁴ Para uma discussão das interpretações propostas por autores como Gilberto Vasconcelos e José Chasin, remetemos a Trindade (1981: 297-335).

comunistas, acabava de ser abalado por seis anos de ultr-esquerdismo e instabilidade — emergiu uma nova geração, de origem diversa. Leônicio Martins Rodrigues, em um estudo consagrado a essa mutação (Rodrigues, 1981), ressalta a entrada impetuosa dos filhos de ilustres famílias decadentes do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro: Octávio Brandão, descendente pelo lado materno de um senhor de engenho de Alagoas; Astrogildo Pereira, filho de um proprietário de terras no Estado do Rio de Janeiro e parente do presidente Washington Luiz; Paulo Cavalcanti, originário das grandes dinastias de Pernambuco etc. Esses são alguns dos nomes que simbolizam a aglutinação à esquerda do “jovem intelectualizado de família tradicional decadente dos Estados pobres”, muitas vezes forçado a voltar-se para a administração a fim de sobreviver, tirando proveito de suas relações pessoais (ibid.: 385-6). Sem contar a presença, nas posições subalternas, de grandes intelectuais pertencentes à aristocracia de São Paulo — Estado onde, no entanto, o Partido era fraco — tais como Elias Chaves Neto e Caio Prado Júnior, da dinastia dos Silva Prado, cuja *Evolução política do Brasil*, publicada em 1933, constitui uma leitura primordial da história econômica e social brasileira. A ANL também contava com personalidades que participaram da campanha antifascista e antiimperialista, como Francisco Manguabeira, oriundo de uma família de políticos da Bahia e um dos três civis integrados à direção da Aliança; Dionélio Machado, escritor responsável pela organização do movimento no Rio Grande do Sul e que, em 1945, seria incumbido de ler a Declaração de Princípios no Primeiro Congresso de Escritores. E ainda, nos quadros da Liga de Defesa da Cultura Popular, os jornalistas Rubem Braga e Brasil Gétson; o estudante Carlos Lacerda, futuro chefe da direita golpista do Rio de Janeiro; e a escritora Rachel de Queiroz (ibid.: 397).

A ANL surpreende, assim como o integralismo, pelas medidas que realizou, tanto em suas estratégias como em seu recrutamento. Proclamou uma aliança aberta a todos os antifascistas e organizou a insurreição armada à maneira tenentista. Abriu um largo espaço aos militares da reserva ou da ativa¹⁵ e atraiu numerosos membros das classes médias. Buscou apoio nas áreas

¹⁵ Os militares representavam 37% dos efetivos da ANL no Distrito Federal, segundo Robert Levine (citado por L. M. Rodrigues, 1981: 398).

subdesenvolvidas de onde provinham os seus “notáveis” e a partir das quais se difundiria a sua insurreição — iniciada em Natal e Recife e continuada no Rio de Janeiro. Entretanto, apesar de não ter influência alguma em São Paulo, acreditava ser capaz de alcançar o poder. O resultado não poderia ter sido mais desastroso: a repressão se abate principalmente sobre seus membros militares e, numa segunda onda de 1939 a 1943, consegue desorganizar o aparelho do PCB. Isto significa uma ajuda inesperada ao regime que, em vista da “ameaça comunista” — encarada desde 1930 como puro elemento doutrinarista mas que no prazo de alguns dias assumira uma expressão concreta —, conseguiu obter o consentimento dos católicos e dos liberais de São Paulo para sua mutação em Estado Novo. Contudo, pode-se vislumbrar ali também os primeiros traços do que, em 1944, permitiria uma aproximação com o getulismo: a ruptura com as origens anarquistas e operárias, a rejeição do liberalismo, a insistência nacionalista e, finalmente, a adesão ao Estado como agente de transformação. Na Assembléia Constituinte de 1934, um representante da ALN, Domingos Velasco, denunciou o caráter supérfluo do processo eleitoral: “Evitemos a farsa de eleições estaduais e federais (...) [Não importa] que isto arranhe os preconceitos liberais e subverta as idéias predominantes em nossas elites saturadas da cultura alienígena” (Souza, 1976: 73-4). A entrada do Brasil na guerra irá proporcionar a oportunidade de justificar, sem falsos pudores, o apoio ao governo. Foram assim lançadas as bases de uma cultura comunista que, satisfazendo ao nacionalismo e ao estatismo dos intelectuais, permitiu-lhes afluir para o rastro da linha oscilante do Partido e encontrar assim a maneira de manifestar, mais uma vez e sempre, que só existe cultura quando política. Ao mesmo tempo, o Partido buscava no prestígio dos seus intelectuais os elementos para iludir sobre as suas forças. Em 1934, Jorge Amado já afirmava que nenhum autor poderia subtrair-se ao “engajamento”:

Carrego comigo a acusação de romancista político e parcial. Confesso que me honro com isso (...). Hoje a situação é de tal modo trágica que aquele que não está de um lado está necessariamente do outro. O conceito pode não agradar mas é verdadeiro. Diante dos que não sabem o caminho a seguir porque ainda amam as camisas de seda, a gente só pode ir. Nós somos essencialmente políticos. Alguns compreendem isso e se colocam corajosamente de um lado (citado por Castello, 1980: 175).

de 1935, em nome do anticomunismo. O tom dos editoriais de *O Estado de S. Paulo* dá uma indicação disso. Após a insurreição fracassada da ANL, colocam-se à frente das novas orientações do regime:

Num momento tão delicado, qualquer restrição nos poderes que se concedam ao Executivo, para defender o regime político e social em que vivemos, vale moral e praticamente por um ato de cumplicidade com os subversores da ordem (J. R. Cardoso, 1982: 68).

Armando de Salles Oliveira, com o apoio da oligarquia paulista, pronunciou-se por um "poder executivo forte" e reclamou uma "estreita coesão entre a Universidade e o Exército, que passariam a ser alimentados por uma única corrente de fé patriótica" (ibid.: 170). Em nome do Partido Constitucionalista, baseado em São Paulo, afirma ele em 1936: "A nossa aspiração é uma democracia robusta, dirigida com autoridade, fiscalizada por uma assembléia assídua e vigilante, e apoiada numa forte organização militar" (ibid.: 171). A elite paulista sustentou maciçamente a sua candidatura à presidência em 1937, que duraria pouco em razão do golpe que criou o Estado Novo. Fernando de Azevedo, exprimindo as posições da elite liberal dentro da nova Universidade de São Paulo, faz-se defensor de uma "democracia real", cuja função seria "fortificar o poder executivo, romper com o liberalismo sem disciplina", acabar com o "igualitarismo da mediocridade" e permitir "a substituição da democracia liberal e parlamentar por uma democracia mais próxima da democracia direta, não somente política mas político-econômica, com instituições sindicalistas ou corporativistas obrigatórias" (ibid.: 178-9). Fernando de Azevedo incumbiu-se também de lembrar os limites da liberdade intelectual dentro da Universidade:

Não se pode e não se deve reivindicar para o pensamento o direito de pensar como se quisesse, sem as austeridades de um método preciso, sem objetividade e sem probidade científica, porque isso seria reclamar o direito à libertinagem para a função mais augusta de que dispomos. No desempenho da sua missão, a inteligência deve mover-se dentro das condições que pela própria natureza lhe foram prescritas (ibid.: 182).

O liberalismo extra-universitário ou universitário sabia fazer suas concessões aos ventos da época.

Em 1945, esta convicção estará mais solidamente ancorada do que nunca.

Na origem de outras organizações de esquerda de menor amplitude também se encontravam jovens oriundos das grandes famílias do Nordeste e que, certamente, haviam concluído um curso universitário. Isto se verificou no trotskismo. Mário Pedrosa fundou, em 1928, a dissidência trotskista: nascido em Pernambuco, filho de um senhor de engenho que fora senador, e tendo cursado escolas secundárias da Suíça e a melhor faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tornou-se, nos anos 60, uma autoridade no domínio das artes plásticas. A seu lado, figuraram Lívio Barreto Xavier — nascido no Ceará, filho de um coronel que era também um rico comerciante — que estudou Direito no Rio de Janeiro; Rodolfo Coutinho, descendente de uma família tradicional de Pernambuco, primo de um dos fundadores do PCB e professor no colégio mais aristocrático de São Paulo; Aristides Lobo, carioca, originário de uma família de elite e que completou seus estudos naquele mesmo colégio (L. M. Rodrigues, 1981: 368). Nos primeiros anos do decênio de 40, numerosos intelectuais socializaram-se politicamente através do trotskismo, entre os quais Florestan Fernandes que, cabe lembrar, provinha de família muito pobre. Nos demais grupos políticos de esquerda, que surgiram a partir de 1943 e militaram em prol da democratização, encontravam-se ainda muitos nomes da elite social e intelectual. Tanto assim que, no comitê de organização da União Democrática Socialista (UDS), fundada em São Paulo em 1943, figuravam, entre outros, Antônio Cândido de Mello e Souza e Paulo Emílio Sales Gomes.

Naturalmente, houve intelectuais que não se engajaram abertamente nem à direita nem à esquerda, mas não se pode subestimar a importância numérica dos que, em fins dos anos 20 e ainda em 1934, no momento da Constituinte, se valiam em maior ou menor grau do liberalismo. É mais difícil, no entanto, acompanhar sua evolução nesse período. Sabe-se que, na Faculdade de Direito de São Paulo, ao lado de certos professores notoriamente getulistas ou integralistas, como Miguel Reale e Cândido Mendes de Almeida, foram vários os que se colocaram em oposição ao regime e que, mais tarde, viriam a simpatizar com a UDS ou com as correntes liberais (Dulles, 1985). É bem oportuno, porém, pensar que numerosos setores liberais admitiram apoiar o endurecimento do regime, a partir

Foram esses os "liberais" que, tendo muitas vezes aprovado as formas mais rudes de controle exercidas pelo regime, reapareceram assim que as democracias ocidentais provaram que podiam ganhar a guerra. O sinal desse despertar para a adesão às liberdades fundamentais, ao direito de voto e às garantias constitucionais foi dado, especialmente, pelo "Manifesto Mineiro" de outubro de 1943. Foram seus signatários a elite intelectual mineira: os juristas Adauto Lúcio Cardoso e Afonso Arinos de Mello Franco, o erudito Afonso Pena Júnior, o economista Milton Campos, o político Virgílio de Mello Franco, Pedro Aleixo e outros (Carone, 1977: 305).

Ao fim dessa recapitulação dos engajamentos políticos, constatamos em toda parte — nos postos avançados dos múltiplos movimentos que se desenvolveram, após 1932, sobre o pano de fundo da crise gerada pela interdição dos antigos partidos regionais — a presença de inúmeros intelectuais.

Estamos longe das considerações relativas apenas à cultura ou à identidade brasileira. Longe também das teorizações sobre a "realidade" e a "organização". Longe, portanto, de tudo que atestasse uma unidade já presente ou uma unidade a se impor com base unicamente na ciência. As divisões se aprofundavam na medida em que esses movimentos visavam, em muitos casos, a criar — a partir de premissas opostas — uma sociedade indivisa. A mobilização exacerbava-se em todas as áreas, em face de um regime que se recusava a utilizá-la.

Confrontamo-nos também com a heterogeneidade dos diversos núcleos intelectuais. Evidenciava-se todo um caleidoscópio de situações coletivas e individuais, incluindo uma elite paulista bastante fechada em si mesma e experimentando muitas dificuldades em se alçar aos objetivos nacionais; os herdeiros das linhagens vindas do Império, que aspiravam a tornar-se conselheiros do príncipe; os descendentes das famílias ilustres e empobrecidas do Nordeste; os humilhados e os ambiciosos que desejavam abrir caminho até o poder; a massa de "profissionais" mais ou menos bem-sucedidos, bacharéis divididos entre o medo do declínio e a recuperação nos quadros do Estado moderno; os amantes da cultura e os tecnocratas em embrião; mais os milhares de membros de uma classe média heterogênea, que vê abrir-se um mercado de títulos universitários e bens culturais. Seria possível, sem dúvida, introduzir alguma ordem nesse quadro, indicando trajetórias significativas, mas

esbarremos sempre com os que se desviavam da rota, tão frequentes quanto aqueles que administravam com sabedoria e coerência o seu "capital" familiar e cultural; com os que reuniam todas as condições para se inserir nos círculos do poder, mas que se inseriram nos grupos integralistas, na ANL ou nos pequenos grupos trotskistas; com aqueles que, tendo apenas vantagens, conseguiram, no entanto, fazê-las frutificar; com os que pertenciam de direito à elite, mas contavam demais com esta segurança para aceitar os desvios e surpresas da história.

Seria igualmente plausível detectar, na origem de cada engajamento, alguma concepção de "interesse", mas este não poderia ser reduzido à busca de um emprego público sem prejuízo de se esquecer da variedade dos tipos de interesses e das estratégias para consegui-los. Essa complexidade não é surpreendente, pois decorre da inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político igualmente submetido a outras modalidades de legitimação. De imediato se produziu, não uma interferência, mas uma mescla. Todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros. O trotskismo dos herdeiros do Nordeste e o integralismo dos notáveis do Sul podiam ser, em certos casos, constitutivos da inserção nas hierarquias da *intelligentsia*. Isto pode ser diferente quando se considera uma "sociedade" relativamente fechada sobre si mesma, na qual se podem observar os traços de um verdadeiro jogo de papéis, e de uma relativa separação entre o cultural e o político. Recordemos a descrição feita por Claude Lévi-Strauss, membro da missão francesa junto à nova Universidade de São Paulo, a respeito do mundo das elites locais:

Uma sociedade restrita dividia os papéis. Todas as ocupações, gostos e curiosidades justificáveis da civilização contemporânea encontravam-se ali, mas cada qual representada por uma única pessoa. Nossos amigos não eram verdadeiramente pessoas, mas sim funções, cuja importância intrínseca, mais que a sua disponibilidade, parecia ter determinado a lista. Havia, assim, o católico, o liberal, o legalista, o comunista; ou, em outro plano, o gastrônomo, o bibliófilo, o apreciador de cães (ou cavalos) de raça, de pintura antiga, de pintura moderna; e também o erudito local, o poeta surrealista, o musicólogo, o pintor (...). A necessidade, que exigia que todos os papéis fossem ocupados para se constituir um microcosmo e se jogar o grande jogo da civilização, implicava também alguns paradoxos: que o comunista fosse também um tuc herdeiro do feudalismo local e que uma sociedade bastante afetada e formal permitisse, porém,

a um de seus membros, mas a apenas um — pois era indispensável ter também o poeta de vanguarda — aparecer com sua jovem amante em público (Lévi-Strauss, 1955: 95).

Observemos, porém, que a descrição se refere a São Paulo, mais do que nunca prisioneira, após a derrota de 1932, de sua relativa marginalização política³⁶ e de sua soberba.

No plano nacional, torna-se mais difícil e mais contestável reduzir as cições políticas a simples estratégias individuais no quadro de operações de "classificação" social, sobretudo quando nos afastamos das elites detentoras de um nome e de uma história familiar, para considerar os intelectuais de segunda e terceira categoria. A identificação com o integralismo, com a ANL, com o liberalismo ou com o Estado Novo remete a fenômenos de movimentos coletivos portadores de representações do político que pareciam irreconciliáveis, pelo menos naquele momento. É certo que os intelectuais, como também os tenentes, os militares da ativa e determinados elementos políticos estavam na linha de frente. E não "brincavam" de política: lutavam efetivamente pelo poder, visando a objetivos entre os quais não havia possibilidade de compromisso. O caráter do regime e desses movimentos era tal que esses confrontos nada tinham de puramente simbólico: a violência que demonstraram, as sucessivas ondas de repressão, com seu séquito de exílios e prisões, lá estão para demonstrá-lo. É preciso frisar ainda que em nenhum outro país da América Latina assistiu-se então ao aparecimento de organizações fascizantes ou comunizantes de amplitude comparável.

Com o distanciamento no tempo, entretanto, é possível assinalar encontros e superposições surpreendentes nesses conflitos e confrontos.

O fato de que os intelectuais de todos os tipos estivessem nos postos avançados já merece atenção. Esses militantes de causas antagonísticas desfrutavam de uma posição notável. Destacavam-se sobre o pano de fundo de uma sociedade onde os atores sociais tendiam a ser privados de expressão própria, ou a se atomizar na medida em que o Estado se erigia em regulador das relações sociais. Os setores populares estavam relegados a segundo plano: não só as massas rurais, condenadas a ficar maci-

³⁶ Trata-se, praticamente, de uma constante, conforme mostrou Simon Schwartzman (Schwartzman, 1975).

gamente fora das fronteiras que demarcavam os limites das relações sociais organizadas, mas também a classe operária, encerrada, entre 1930 e 1937, em um novo edifício corporativista e jurídico (Gomes, 1979). Quanto à burguesia, também tinha de se curvar aos efeitos da redefinição do Estado: os produtores de café cedendo a gestão da comercialização do produto aos organismos públicos criados para esse fim, e os industriais empenhando-se em intervir diretamente junto aos homens públicos de função decisória. As negociações políticas entre as oligarquias regionais e o poder central nada perderam de sua antiga importância: Getúlio Vargas, até 1937 principalmente, não deixou de manobrar entre as pressões dessas oligarquias, e as dos tenentes e interventores tolhidos entre as funções de *missi dominici* e de negociadores locais. Ainda há um fato de maior importância: a ideologia da despolitização do político resultou, no mínimo, num enfraquecimento global dos atores sociais; junto a ela ocorreu uma redução da influência política dos pólos econômicos mais dinâmicos, como São Paulo. Inversamente, tal diretriz deixou um vasto campo livre para os agentes e movimentos propriamente políticos. Nesse aspecto, os intelectuais foram uma categoria privilegiada. Sua preponderância trouxe, em contrapartida, uma ideologização singular da política.

É verdade, por outro lado, que aqueles que pertenciam às elites mantinham laços de solidariedade apoiados sobre as redes de socialização familiar, universitária e mundana. Um observador brasileiro como Florestan Fernandes não poderia deixar de ser sensível a esse fato. Ele acentua bem como, até nas correntes de subversão intelectual, foram numerosos os que se deriveram a meio-caminho em razão de seus laços com as elites sociais. Assim aconteceu com os modernistas dos anos 20:

Cederam ao que deviam se opor, sucumbindo a uma condição intelectual a que pretendiam renunciar mas à qual não renunciaram. Eles foram vítimas de um momento de transição, no qual a insatisfação com referência ao passado não engendrou o futuro pelo qual deviam lutar (Fernandes, 1978: 35-6).

O mesmo se deu com o intelectual dos anos 30:

Gozava no meio brasileiro de uma independência e de uma liberdade muito grandes. Essa liberdade, entendida sociologicamente, estava relacionada com o fato de que o intelectual no Brasil sempre fez parte dos setores dominantes e de suas elites. Mesmo quando ele era divergente, como era o caso de Mário de

Andrade ou Oswald de Andrade, não escapava a essa vinculação estrutural. A liberdade de divergência existia ou era tolerada porque ele era parte da elite, não se esperando dele, por conseguinte, que se convertesse em "fator de conflito contra a ordem" (*ibid.*: 44-5).

Esse testemunho refere-se, mais uma vez, a São Paulo. Há outros, porém, que mostram a densidade das relações sociais entre revolucionários e conservadores nas cidades do Nordeste, tratando-se de filhos de famílias ilustres, até mesmo entre exilados de extrema direita e extrema esquerda na Europa e na Argentina, às vezes hospedados nos mesmos hotéis. Voltamos assim aos fatores relativos às origens sociais desses intelectuais de elite, e aquilo que os unia na busca comum da modernidade.

Vimos, na década de 20, a decisão generalizada de procurar as raízes do Brasil e, nesse processo, renunciar às paixões fugazes pelas "idéias importadas". Alternativa ilusória, porém, uma vez que com frequência a "brasilianização" não passava de um novo artifício visando à inserção nas correntes da modernidade cultural universal. Deveríamos dizer "modernidade" ou, arriscando um paradoxo e um anacronismo, "pós-modernidade"? Pois foi nessa "antropofagia" de idéias vindas de longe, praticadas em uma sociedade que jamais teve certeza de ser inteiramente uma sociedade, e que atravessava um momento de crise levando-a a duvidar da tradição do Iluminismo, que se produziu a descoberta da fugacidade das representações, do valor da "autenticidade", da equivalência dos temas opostos, da estetização da política, da descontinuidade da história, das rupturas sucessivas do tempo. "A importação de idéias" não é — ou não é somente — a negação da "realidade"; é também a adesão à sucessão ilimitada e não-controlada das imagens do real e o gosto pela encenação política. A esse propósito, em 1936 Sérgio Buarque de Holanda faz uma observação:

É freqüente, entre os brasileiros que se presumem intelectuais, a facilidade com que se alimentam, ao mesmo tempo, de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares (S. B. de Holanda, 1981: 113).

E acrescenta:

A contradição que porventura possa existir entre elas parece-lhes tão pouco chocante, que alguns se alarmariam e se revoltariam sinceramente quando não achássemos legítima sua capacidade de aceitá-las com o mesmo entusiasmo (*ibid.*).

Tanto no modernismo — que derivou em seguida para a esquerda e para a direita — como na extrema direita — que procurou, a um só tempo, bloquear a história e dar-lhe a matéria do inconsciente de um povo e de sua cultura oculta — havia essa entrega à modernidade. Mas é preciso imediatamente nuancá-la, corrigir. Não se pode ignorar que todas essas correntes se remetiam ao "realismo". É certo que isto constitui um indício de sua extrema ideologização, mas também é uma aposta na coerência da sociedade brasileira e, assim, no fato de que ela poderia, a partir dali, construir e administrar sua própria temporalidade sobre uma base endógena. A nostalgia da "organização" como substitutivo da política marca a entrada em uma outra modernidade, que nada tinha de fugaz nem de estético, mas que, ao contrário, era o projeto de um domínio sem limites, sem irracionalidade. No campo cultural, as múltiplas correntes intelectuais se encontram nessa partilha e nessa fusão imprevistas entre o duplo excesso da modernidade pela assimilação e da modernidade pela rejeição.

Resta a política. Como demarcar os pontos de encontro onde as divisões pareciam insuperáveis? Observamos, no entanto, muitos encontros em momentos diversos, que se tornariam ainda mais manifestos a partir de 1943.

De início, nos anos 25-35, havia já um amplo questionamento das instituições liberais, tais como funcionavam no Brasil. Em 1935, os setores que continuavam a advogar o liberalismo deram mostras de um autoritarismo elitista que os conduziu, pelo menos de forma provisória, a posições próximas às do governo. Nesse mesmo momento, as correntes católicas oscilavam entre o integralismo e o regime. Quanto aos comunistas e seus aliados na ANL, começaram — sob a pressão dos tenentes, que a eles se aliaram, e dos intelectuais, que viam sua influência crescer — a abandonar as convocações às lutas de "classe contra classe", para privilegiar um nacionalismo que os levou a reavaliar, embora timidamente, suas concepções sobre o Estado. Durante a guerra, e sobretudo após 1943, os realinhamentos e desvios se precipitaram. Os liberais levantam a cabeça e redescobrem a democracia; o integralismo tenta várias aproximações com o regime, mas se decompõe com a entrada do Brasil na guerra; os católicos criticam oficialmente o regime. Certamente, o mais notável foi a evolução dos comunistas que, desde as celas das prisões, onde foi encarcerada

grande parte de seu Estado-maior desde 39-40 — a começar por Luís Carlos Prestes, promovido oficialmente a secretário-geral do partido em 1943, mas que ficaria preso até 1945 — procuraram aproximar-se de todos os setores "antinazistas". Depois, tendo o regime finalmente declarado guerra ao Eixo e até enviado tropas à Itália, decidiram apoiá-lo. Uma sustentação, aliás, nada platônica, pois se traduziu em nada menos do que no apoio à candidatura presidencial de Getúlio Vargas, que teve de aceitar a fim de marcar a sua incorporação aos novos tempos democráticos. Foi lançado assim, com Luís Carlos Prestes sempre na prisão, o movimento "queremista", pelo qual os comunistas afirmavam que "queriam" a manutenção de Getúlio Vargas no poder, ao mesmo tempo em que diversos grupos "socialistas" aliavam-se aos "liberais" e à direita nos quadros da UDN, a União Democrática Nacional, cujo programa consistia, antes de tudo, em se livrar de Vargas.

Esse vaivém, ao qual os intelectuais estavam estreitamente ligados, pode dar a impressão de que as observações de Sérgio Buarque de Holanda valem também no domínio político. Contudo, isto seria simples demais. Atrás dessas evoluções, evidencia-se que os movimentos políticos de 33-38 expressavam cisões parcialmente instáveis, atrás das quais se manifestam divergências mais profundas. Elas dizem respeito ao papel do Estado na formação do social, mesmo que — como teremos ocasião de verificar — os "liberais" não fiquem atrás dos "intervencionistas" em seus apelos ao Estado. Referem-se ainda, com as devidas nuances, às divisões entre correntes católicas e não-católicas; nacionalistas e partidárias da abertura; elitistas e orientadas para as classes populares. Os comunistas podiam justificar sua aliança com Vargas com base no nacionalismo e na ascensão do ex-ditador sobre parte do aparelho sindical. Alguns de seus intelectuais, porém, não os seguiram nessa mudança: Caio Prado Júnior, o físico Mario Schenberg e Tito Batini entraram na dissidência com a CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória), que desempenhava a função de direção. A UDS, com Antônio Cândido, Aziz Simão, Paulo Emílio Sales Gomes e outros nomes da intelectualidade paulista, escolheu a participação — que seria apenas provisória — na UDN, uma vez que esta queria, principalmente, desmantelar as instituições do Estado Novo (Benevides, 1981: 37-46). O mesmo aconteceu com os membros de esquerda da União dos Traba-

lhadores Intelectuais, como Graciliano Ramos, Evaristo de Morais Filho, Pedro Nava e outros. Os católicos do Rio de Janeiro, sempre ligados ao Centro Dom Vital, como Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto, também ingressaram na UDN.

Entretanto, seria inútil procurar uma correspondência entre as cisões profundas, que logo aflorariam como opções políticas antagônicas, e os partidos que emergiram em 1945. Isto significaria subestimar a contradição provocada pela criação desses partidos: houve muitas figuras do Estado Novo que entraram para a UDN e, além disso, a articulação dos partidos com o Estado de um lado — o PTB e o PSD são criações getulistas — e, de outro, com a influência dos chefes locais.

A confusão não poupou os intelectuais. Ao fim do Estado Novo, os vestígios dos antigos compromissos desaparecem diante da exigência de retorno à democracia. O Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em São Paulo em 1945 e reunindo todos os grandes nomes da *intelligentsia*, de todas as tendências, furtou-se a tomar posições políticas definidas: em suas resoluções, atendeu aos liberais, convidando os intelectuais "a se manifestarem, sempre e em todas as oportunidades, em defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana e dos valores da vida interior contra as tendências de domínio e absorção do indivíduo, capazes de reduzi-lo a um simples instrumento do poder político". Também atendeu à esquerda, incitando os mesmos intelectuais a lembrar que "socialmente a literatura e a arte que desempenham um papel social servem à coletividade de seu tempo, e se alimentam e se renovam em contato com todas as camadas sociais, podem realizar uma comunhão fecunda entre o povo e os criadores da cultura" (citado por Mota, 1980: 145-6). Evita, sobretudo, atizar o fogo entre os diversos campos da esquerda.³⁷

Era hora de união, sem exclusões, em torno dos valores democráticos; e também da realização de um balanço.

Considerando esses anos de regime autoritário e de engajamento político intelectual, tem-se a impressão, apesar de tudo, que o objetivo inicial dos intelectuais de 1925, aquele mesmo enunciado por Alberto Torres, fora atingido: os intelectuais não estavam, necessariamente, unidos do ponto de vista político, mas tinham perspectivas comuns sobre a famosa reali-

³⁷ Ver a entrevista de Antônio Cândido, citada por Benevides (1981: 37).

dade nacional. Quarenta anos mais tarde, Antônio Cândido, com a consciência de seu prestígio intelectual e de sua fidelidade às opções de esquerda, pôde inclusive dar sua absolvição a uma parte dos integralistas por terem realizado, a seu modo, essa marcha rumo à realidade:

A distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo. Isto explica o número de integralistas que foram transitando para posições de esquerda — da cisão precoce de Jovâ Mora até as abjurações do deténio de 1940, durante a guerra e depois dela. Todos sabem que nas tentativas de reforma social cercadas pelo golpe de 1964 participaram antigamente integralistas identificados às melhores posições do momento (Cândido, 1981: XIII).

Tão surpreendente quanto a intensidade dos engajamentos na direita ou nas insurreições da esquerda é o reconhecimento de que, em certo nível, provavelmente inspirados pelo desgosto com o liberalismo, também os intelectuais almejavam a construção de uma nação "mais viva". Não se tratava apenas de submeter-se às regras da "conciliação". É bem verdade que, nos anos 50, vemos encontrarem-se antigos integralistas nas mesmas posições da esquerda, marxista ou não, como se representações inversas se unissem de fato na mesma aspiração à unidade social. De uma maneira ou de outra, os intelectuais haviam recebido a confirmação de que tinham vocação para se incumbir da "realização" dessa unidade.

Aparentemente, grande número deles havia feito, cada qual por si ou coletivamente, o mesmo trajeto que, começando pela negação das velhas instituições oligárquicas liberais, os havia levado, pelo caminho da cultura e da política, a proclamar a primazia da nação sobre os interesses fragmentários da sociedade civil, e depois os conduziu a uma revalorização da democracia. Isto não implica que tivessem abdicado de sua vontade de equiparar-se ao Estado em sua responsabilidade pela construção da nacionalidade.

De qualquer modo, o fato de que um Congresso de Escritores pareça simbolizar a passagem a uma nova época atesta que os intelectuais detinham agora a autoridade à qual aspiravam antes de 1930.

2

A geração dos anos 1954-64

Em 1945, o debate intelectual girava em torno da questão da "democratização". Como demonstra o Congresso dos Escritores, parecia se formar um amplo consenso, não livre de mal-entendidos nem de segundas intenções. Muitos intelectuais comunistas o aprovaram, mas o próprio partido se engajou no apoio a Getúlio Vargas. Quanto aos "socialistas" e aos "liberais", não hesitaram em aplaudir a intervenção militar de 29 de outubro, que derrubou Vargas do poder e vetou sua candidatura às eleições de 1945; nem a aderir depois, no quadro da UDN, à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, que não mostrava muita sensibilidade social.

Em breve se evidencia claramente a fragilidade do consenso e também da democratização. Os intelectuais da "esquerda democrática" retiram-se da UDN e ingressam, em sua maioria, no Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em 1947. Neste mesmo ano, após dois anos de vida legal, o Partido Comunista — que atraía numerosos intelectuais para a sua área de influência e havia demonstrado ser uma força política importante, conquistando 10% dos votos nas eleições de